



## CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL

### Ata da 109ª reunião, realizada em 8 de novembro de 2017

Em 8 de novembro de 2017, reuniu-se extraordinariamente a Câmara Normativa e Recursal (CNR) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), no auditório da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes membros titulares e suplentes: o presidente Germano Luis Gomes Vieira, representante da SEMAD. Representantes do poder público: Juliana Pereira da Cunha, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Enio Marcus Brandão Fonseca, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sedectes); Carolina Rocha Vespúcio, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Andréa Leite Rios, da Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional (Secir); Lidiane Carvalho de Campos, da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (Setop); Cristiano Ferreira de Oliveira, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Isabela Micherif Gudzuki, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG); Mariana Navarro Paolucci, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Flávio Túlio de Matos Cerqueira Gomes, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Licínio Eustáquio Mol Xavier, da Associação Mineira de Municípios (AMM). Representantes da sociedade civil: Carlos Alberto Santos Oliveira, da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais (Faemg); Denise Bernardes Couto, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Guilherme Gonçalves Teixeira, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg); João Carlos de Melo, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Adriano Nascimento Manetta, da Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI); Paulo José de Oliveira, da Associação Pro Pouso Alegre (APPA); Gustavo Henrique Wykrota Tostes, da Organização Ponto Terra; Marcelo Ribeiro Pereira, da Universidade Federal de Viçosa (UVF) – Campus de Rio Paranaíba; Cláudio Jorge Cançado, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea/MG); Virgínia Campos de Oliveira, da Sociedade Mineira de Engenheiros (SME). **Assuntos em pauta.**

**1) HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Germano Luis Gomes Vieira declarou aberta a 109ª reunião da Câmara Normativa e Recursal. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “É uma solicitação, primeiro, que não está no site ainda a justificativa

técnica feita na última reunião, que tratou da DN 74. Seria importante, que foi apresentada, inclusive foi lida. Então, eu estou requerendo que seja inserida nos documentos da última reunião desta Câmara. E comunicar também que um assunto que foi tratado aqui, na última reunião, os recursos contra a Licença Prévia de Maravilhas III, o Ministério Público tinha entrado com uma ação, e na segunda, de tarde, foi concedida uma tutela antecipada. E o escopo da ação do Ministério Público era, precisamente, as questões ligadas à viabilidade ambiental, que, infelizmente, esta Câmara votou contrário aos três recursos. Então, no momento, nós temos ainda uma tutela antecipada em relação a Maravilhas III, e as licenças que foram concedidas na segunda, de manhã, de LI com LO, o Estado precisou cancelá-las. É um informe, porque esse assunto esteve aqui na última reunião também.”

**4) MINUTA DE REVISÃO DA DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM Nº 74, DE 9 DE SETEMBRO DE 2004, PARA EXAME E DELIBERAÇÃO DA LISTAGEM A.**

**Apresentação: SEMAD. Retorno de vista: SME, Fiemg, Ibram, Crea, ONG Ponto Terra, Sedectes, Faemg, Setop, Seapa, Secir e CMI.**

Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “Trata-se da segunda parte do retorno de vista, relativo à listagem A, da mineração. Os conselheiros que solicitaram vista estão descritos aqui: SME, Fiemg, Ibram, Crea, Ponto Terra, Sedectes, Faemg, Setop e Secir. Nem todos se manifestaram que desejariam fazer uso do relato de vista para a listagem A. Então, daqueles que fizeram, agora nós temos o prazo regimental para fazer os seus respectivos relatos. São eles o Estado – Sedectes, Seapa, Setop e Secir –, o Ibram, a Fiemg e a CMI e a ONG Ponto Terra.”

Conselheira Lidiane Carvalho de Campos: “Nós abrimos mão do prazo para apresentação do recurso, porque já foi disponibilizado.”

Conselheira Denise Bernardes Couto: “A Fiemg, o Ibram e a CMI também abrem mão de apresentação do recurso.”

Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “Senhor presidente, o parecer de vista eu acho que é muito simples. Foram dois questionamentos de forma bem objetiva. Eu tenho uma proposta alternativa em relação ao potencial poluidor, caso as explicações não sejam suficientes ou não sejam feitas. Mas eu acho que seria interessante, principalmente para que todos os conselheiros tivessem uma noção objetiva de como se chegou à definição do potencial poluidor dos atributos que são colocados em cada um dos códigos. A minha única dúvida é o seguinte: eu acho que isso não pode ser, imagino que não seja um número cabalístico. Deve ter sido feito a partir de estudos, de fontes, de uma metodologia técnica, de uma metodologia científica. E eu não vi em lugar nenhum, não consegui vislumbrar em lugar nenhum quais são as fontes para essas definições, qual foi a metodologia técnica ou científica utilizada e descrita de forma clara. Aqui não só eu, enquanto conselheiro – não sei os demais –, como a sociedade como um todo, não tenho a clareza de como se chegou a esses parâmetros. Então, o meu pedido é no sentido de que, se for possível, por parte da equipe técnica, haja essa explanação, essa explicação

81 de forma bem detalhada. Eu não sei se a definição é de forma geral e  
82 abrange todos os códigos ou de forma individual para cada código, mas eu  
83 acho que essa questão precisa ficar muito bem clara, principalmente para o  
84 futuro, caso haja necessidade de revisão.” Presidente Germano Luis Gomes  
85 Vieira: “Vamos fazer como fizemos na última reunião. Eu passo a palavra  
86 para a equipe técnica, e eles fazem os esclarecimentos gerais, depois, os  
87 pontuais, nós vamos fazendo em eventuais destaques.” Conselheira Denise  
88 Bernardes Couto: “Só uma retificação, porque eu acho que, na hora que eu  
89 me manifestei, eu disse ‘recurso’. Mas não é ‘recurso’, é ‘relato de vista’.”  
90 Antônio Augusto Melo Malard, subsecretário de Regularização  
91 Ambiental/SEMAD: “Atendendo à solicitação do conselheiro e acredito  
92 também que de vários outros conselheiros e do público em geral, eu vou  
93 apresentar para vocês qual a metodologia que nós definimos para  
94 estabelecer os portes e os potenciais poluidores dos códigos listados no  
95 anexo da DN 74, da revisão da DN 74. Antes de começar, eu só queria frisar,  
96 em virtude até do parecer de vista do conselheiro Gustavo Tostes, em  
97 relação à publicidade, a abertura que nós demos para a sociedade civil como  
98 um todo, os órgãos públicos terem a oportunidade de apresentar suas  
99 contribuições, suas propostas para os códigos e para o texto, de uma  
100 maneira geral, da DN 74. Aí, cabe esclarecer que essa discussão é antiga,  
101 desde 2009 vem sendo discutida, no final de 2012, 2013. A SEMAD  
102 estabeleceu Grupos de Trabalho, a princípio, internos, onde todas essas  
103 listagens foram discutidas, tecnicamente, com representantes de todas as  
104 Superintendências Regionais do Estado, além das Casas do Sisema, FEAM,  
105 IGAM, SEMAD, IEF. E naquele tempo já houve oportunidade de alguns  
106 debates com a sociedade civil, de maneira geral, e com os outros atores  
107 envolvidos no processo. Esse processo ficou parado por um determinado  
108 tempo e, em 2016 e neste ano, principalmente, nós retomamos os Grupos de  
109 Trabalho internos. Além disso, abrimos uma espécie de consulta pública para  
110 que qualquer cidadão pudesse apresentar as suas contribuições acerca do  
111 texto e também do anexo da DN 74. Foram muitas contribuições, cerca de  
112 580. Além dessas contribuições, nós fizemos uma abertura nas Câmaras  
113 Técnicas do COPAM, fizemos a apresentação, abrimos também para o  
114 debate em todas as Câmaras Técnicas. Além disso, nós nos reunimos com  
115 todos aqueles que solicitaram, realmente, esclarecimentos acerca do texto e  
116 do anexo. Então, com a sociedade civil, setores da economia, com órgãos  
117 públicos. Inclusive, tivemos reuniões com ONGs específicas, para também  
118 esclarecer alguns fatos. Então, isso é só para deixar, realmente, claro que  
119 houve uma participação efetiva da comunidade, de maneira geral, que o  
120 processo foi bastante transparente. Entrando na metodologia para definição  
121 dos portes e potenciais poluidores, não existe uma regra básica. Para cada  
122 código, estabeleceram-se alguns critérios. E aqui eu listo vários deles.  
123 Primeiro, foram os Grupos de Trabalho que eu acabei de mencionar, que

foram criados para discutir tipologias específicas da DN 74, que variam de A a G. Então, para cada tipologia, foi criado um Grupo de Trabalho específico, onde reunimos especialistas do Sisema, alguns até com décadas de experiência. Então, essa experiência desses profissionais contribuiu muito para a definição daqueles valores de porte. Então, aqueles valores, vamos dizer assim, não foram tirados da cartola, existe um sentido pela experiência desses técnicos. Além disso, outra grande fonte de dados, que subsidiou bastante a definição do estabelecimento do porte, assim como o potencial poluidor, que eu vou mostrar a seguir, são os trabalhos da FEAM. A FEAM tem um caráter de estabelecer, de elaborar muitas pesquisas de setores industriais, da mineração, da infraestrutura, fazendo grandes diagnósticos e, além disso, propondo planos de ação para adequação ambiental desses setores. Foram elaborados mais de 20 estudos. Aqui eu cito só alguns deles, como ferroliga, cimento, siderurgia, têxtil, e por aí vai. Então, esses estudos apresentaram também elementos para que fosse possível definir portes e potenciais poluidores. Todos esses estudos estão disponibilizados no site da FEAM. É só entrar no site da FEAM, tem uma aba 'produção sustentável', e lá tem todos os guias técnicos e levantamentos setoriais. Então, todos os trabalhos públicos, realmente. Além disso, para definição do porte – e aí não cabe falar em potencial poluidor –, nós fizemos um grande levantamento no Siam, que é o nosso grande banco de dados. E aqui já é bom frisar – algo que eu já ressalté na última reunião –, que, para definição de porte, não devemos levar em consideração o potencial poluidor. O potencial poluidor, conjugado com o porte, estabelece a classe do empreendimento. Mas, para estabelecer porte, não deve-se falar em potencial poluidor. Então, a partir de dados do Siam, nós conhecemos a realidade daquele determinado setor, qual o número de empresas e qual a capacidade instalada ou área útil ou produção ou extensão, seja lá qual for o parâmetro de porte estabelecido. A consulta ao Siam é também uma fonte de dados importante para subsidiar a definição dos portes. Além disso, Pareceres Únicos de processos de licenciamento. Não poderia ser diferente. Ali tem um grande histórico de todos os empreendimentos que foram licenciados nos últimos anos, então, isso também, claro, é uma grande fonte de dados. Propostas dos setores. Desde o ano de 2013, 2012, nós recebemos uma infinidade de sugestões dos setores, algumas, inclusive, muito bem elaboradas, que subsidiaram, claro, a definição do estabelecimento desses parâmetros de porte. Estudos acadêmicos, inclusive estudos feitos pelos próprios técnicos do Sisema que fizeram mestrado, doutorado – e alguns desses trabalhos estão publicizados também no site da FEAM –, e da academia, de uma forma geral. Então, esses trabalhos também, claro, subsidiaram a definição desses elementos. E outros estudos de órgãos públicos, da sociedade civil, de maneira geral também, foram utilizados como fonte de dados. Cabe ressaltar que vários códigos listados na DN, na proposta de revisão da DN, não foram alterados.

167 Por quê? Primeiro, porque não houve nenhuma demanda, seja da sociedade  
168 civil, seja dos órgãos públicos, para que fossem alterados. Além disso, os  
169 técnicos do Sisema como um todo não identificaram durante esses 13 anos,  
170 desde a publicação de 2004 ou até mais – muitos desses códigos são lá de  
171 1990, da DN 01/90 –, a necessidade de alteração desses parâmetros de  
172 porte. Então, nós entendemos que esses códigos estão adequados, já que  
173 ninguém jamais reclamou desses valores estabelecidos. Então, para esses,  
174 não fizemos uma avaliação. Para vocês terem uma ideia, na listagem A, que  
175 vai ser deliberada hoje, são 25 códigos. Dos 25 códigos, 17 estão sendo  
176 mantidos, ou seja, não houve nenhuma proposta, seja de ONGs, seja dos  
177 setores, seja da academia, entre outros, para alterar, além de nenhuma  
178 demanda interna dos próprios técnicos do Sisema. Ou seja, não há o que se  
179 falar, então, por que nós estabelecemos esses determinados valores de  
180 códigos que já estão há muito tempo estabelecidos, e jamais houve qualquer  
181 tipo de questionamento. Além disso, foram apresentadas já, nas Câmaras  
182 Técnicas e aqui também na CNR, as fichas comparativas da DN vigente com  
183 a DN que está sendo proposta. Então, lá também se encontram várias  
184 justificativas do porquê de portes ou potenciais poluidores foram alterados.  
185 Isso também foi publicizado, está no site da SEMAD. Em relação ao  
186 potencial poluidor, a fonte de dados é bastante similar. À exceção do Siam,  
187 que não se aplica aqui, como eu disse. Mas, para esse caso, tem outra  
188 grande fonte de dados, que são as fiscalizações. Nós recebemos muita  
189 sugestão de alteração advinda da equipe de fiscalização, e não da equipe de  
190 regularização. Porque é a equipe que realmente está em campo e sabe  
191 identificar se o potencial poluidor está subdimensionado ou  
192 superdimensionado, conforme a DN vigente. Então, foi mais uma grande  
193 fonte de dados. E repassando todos os outros, assim como todos os  
194 trabalhos da FEAM e aqueles todos que eu já mencionei. E deve-se também  
195 ressaltar o que eu disse também de que também para vários códigos não  
196 houve demanda seja interna ou externa para que os potenciais poluidores  
197 fossem alterados. Em relação ao potencial poluidor/degradador ainda, a DN  
198 estabelece os seguintes componentes: Ar, Água e Solo. Mas sempre é bom  
199 ressaltar, como eu já disse na última reunião, que o componente Ar leva em  
200 consideração ruídos e leva também em consideração as vibrações, e o Solo  
201 leva em consideração os efeitos sobre meio biótico e meio socioeconômico.  
202 Então, o meio socioeconômico está, sim, incorporado nos componentes  
203 listados para definição dos potenciais poluidores/degradadores. E, para ser  
204 bem destacado, que é alvo sempre de muitas dúvidas, principalmente dos  
205 setores, que, para definição dos potenciais poluidores, não devemos levar  
206 em consideração os sistemas de controle implantados. Estamos falando aqui  
207 de potencial, então, significa realmente aquilo que pode ocasionar um  
208 impacto ambiental negativo, uma poluição. Porque muitas vezes somos  
209 questionados, ‘mas meu empreendimento, o setor, tem todos os sistemas de

controle, o potencial, então, é muito pequeno'. Não. Ele tem os sistemas de controle ambiental implementados justamente porque o potencial pode ser médio, pode ser grande. Essa tabela já está aprovada, foi aprovada junto com o texto, na última reunião, e faz, simplesmente, uma conjugação das possibilidades de conjugação de cada um daqueles componentes: Ar, Água e Solo. Então, se temos, por exemplo, duas componentes com peso P e uma com peso G, o potencial geral é M. Então, não há o que se falar, em cada uma das listagens, por que se chegou àquele determinado potencial poluidor geral. Quem define o potencial poluidor geral é essa tabela. Essa tabela está estabelecida, já foi deliberada, está aprovada. O que pode ser discutido são os potenciais poluidores específicos de cada um desses componentes: Ar, Água e Solo. Eu trouxe alguns exemplos, e aqui eu não vou listar só exemplos da listagem A. Apesar de hoje nós estarmos deliberando sobre a listagem A, eu trouxe alguns exemplos de outras listagens, porque essa apresentação é sobre metodologia. Então, nem vamos entrar no mérito, agora, de por que foi feito dessa forma. Isso pode ocorrer no decorrer da reunião de hoje e nas demais reuniões, em que for solicitado algum destaque para determinados códigos. Eu trouxe, primeiro, extração de areia e cascalho. Em cima, está a proposta dessa revisão de DN, e, sempre nesse quadro inferior, está o que é estabelecido na DN vigente. Para esse caso de extração de areia e cascalho, reduzimos os parâmetros de porte, ou seja, estamos sendo mais rigorosos. E por que nós chegamos ao valor de 10 mil para pequeno e menor do que 50 mil para grande? Ou seja, o contrário ao atual, em que para pequeno são 30 mil m<sup>3</sup>/ano, e para ser grande tem que ser maior que 100 mil m<sup>3</sup>/ano. Primeiro, utilizamos uma fonte de dados, um estudo de um órgão público, como eu disse anteriormente, nesse caso, do DNPM, então, um relatório tirado do Ministério de Minas e Energia. Esse é um trabalho nacional, em que foi estabelecido que o setor pode ter um enquadramento de portes também como pequeno, médio ou grande, sendo que estabelece, além disso, subclasses dentro de cada um desses portes, pequeno, médio e grande. O menor porte seria de 10 mil m<sup>3</sup>, sendo que o menor porte na outra categoria poderia ir até 100 mil m<sup>3</sup>. Ou seja, o valor, realmente, para o porte pequeno, somente quando falamos dos portes P1, P2 e P3, quase estabelecem toda a nossa realidade aqui em Minas Gerais. E aí, pela experiência dos nossos técnicos, por estudos também elaborados pela FEAM, pela SEMAD, nós realmente reconhecemos que a realidade desse setor em Minas Gerais é muito diferente do restante do país, em virtude das características dos cursos d'água e dos jazimentos também. No Siam, que é outra fonte de dados que foi utilizada para esse código, especificamente, nós encontramos 3.700 processos de licenciamento. Desses 3.700 processos, 3.551 são de empreendimentos que têm capacidade abaixo de 30 mil m<sup>3</sup>/ano, ou seja, atualmente, são enquadrados como classe 1. E somente oito são de grande porte. Então, isso, aliado ao

estudo feito pelo DNPM, as fiscalizações, o levantamento do Siam, os estudos elaborados, trouxe para nós um alerta: precisamos alterar, então, esses parâmetros de porte. E nós verificamos, então, que a maioria está abaixo de 50 mil m<sup>3</sup>; são só oito empreendimentos acima de 50 mil. Então, nós já estabelecemos: 50 mil m<sup>3</sup> é o limite para ser grande, acima disso o empreendimento é considerado de grande porte. E qual seria, então, o parâmetro para pequeno porte? Porque, estabelecendo o pequeno porte, o médio, automaticamente, está estabelecido. Aí, nós utilizamos o estudo do DNPM, que estabelece como 10 mil m<sup>3</sup>. Então, nós identificamos e chegamos ao resultado de 10 mil e 50 mil, sendo mais rigorosos do que a redação vigente. Acabou que eu não falei, mas tem outro banco de dados também que foi utilizado, que é o cadastro de áreas impactadas pela atividade minerária, que é um trabalho realizado pela FEAM, em que é possível encontrar também todas as capacidades de produção dos empreendimentos. Em virtude disso, nós conseguimos saber exatamente qual é capacidade de produção de cada um daqueles 3.551 empreendimentos que atualmente são passíveis de Autorização Ambiental de Funcionamento. Mais um código, o de aterro de resíduos da construção civil: já existe também esse código, conforme mostrado aqui embaixo, e nesse caso houve também uma alteração tanto do porte quanto do potencial poluidor. O potencial poluidor, anteriormente, para Água e Solo era P, oferecendo, então, o potencial poluidor geral P. Em virtude de um trabalho elaborado pela FEAM, constatou-se que não, que isso aqui realmente estava subdimensionado. Porque um aterro de resíduos da construção civil tem seus sistemas de controle, mas oferece um potencial degradador, poluidor maior do que P para Água e para Solo. Ambos, então, foram considerados como Médio, embasados por um estudo. E, para definição do porte, em que atualmente o pequeno é de 50 m<sup>3</sup>/dia de capacidade de recebimento, e, para ser maior, é superior a 450 m<sup>3</sup>/dia, foi feito, então, o levantamento no Siam, mais uma vez. E foi identificado, dos 372 empreendimentos, que cerca de 160 empreendimentos são de pequeno porte, ou seja, estão aqui marcados como 71 abaixo de 50, 43 entre 50 e 100, e 30 entre 100 e 150. Aqui, nós temos um grande salto, e foi identificado pela equipe, que fez uma série de vistorias e fiscalizações, que a realidade desses empreendimentos é muito diferente, e ainda é possível verificar um salto. Então, foi identificado um corte. A partir desse número, acima de 150 até 200 m<sup>3</sup>/dia, já foi verificada uma outra realidade, empreendimentos realmente de magnitude diferenciada. Aliado com esses entre 200 e 250, 250 e 300, 300 e 350 e 350 a 400, em que chegou-se a um número similar a essa primeira parcela, verificou-se novamente que existe um grande salto de empreendimentos: 62 mudam de porte abruptamente, vamos dizer assim. Foi identificado que a realidade também é muito diferente, em virtude de mais uma vez ser estabelecido um corte nesse momento, chegando-se ao valor de 65

empreendimentos enquadrados como grande porte. Ou seja, em razão desse levantamento. E é bom ressaltar que nem sempre o levantamento no Siam tem que trazer uma proporcionalidade. Se tem 90 empreendimentos, o limite de corte não tem que ser 30 e depois 60. Não é assim que se faz, é uma conjugação realmente de uma série de fatores. Nesse caso, não se tem uma proporcionalidade exata, porque, claro, pode ter determinado setor que tem 90% de empreendimentos de grande porte ou 90% de empreendimentos de pequeno porte. Mas a realidade, a experiência dos técnicos mais os dados levantados no Siam possibilitaram chegar a esse enquadramento. Como eu disse, então, o potencial poluidor também foi ajustado em função do trabalho elaborado também pela equipe da FEAM. Mais um exemplo, recauchutagem de pneu, da listagem C. Atualmente, temos em vigor esses parâmetros em que são levados em consideração tanto o número de empregados quanto a área útil. E não só para esse código, mas para todos, a equipe técnica da SEMAD, do Sisema, identificou que o número de empregados não é um parâmetro realmente significativo. Então, eliminamos esse parâmetro de todas as listagens, em vista de que, muitas vezes, acontecia de o empreendimento não querer contratar empregados porque, dessa forma, poderia mudar seu enquadramento, o que realmente não tem o menor sentido. Então, já eliminamos o número de empregados. O setor, o Sindpneus, apresentou uma proposta para nós, junto com a Fiemg, deve ter uns três anos, e essa proposta acabou motivando a elaboração de um estudo específico, que a FEAM fez em conjunto com a Fiemg, gerando um guia técnico para o setor. Então, a partir desse estudo, foi possível verificar também se isso realmente representava a realidade. A partir desse estudo, verificou-se que era necessário realmente adequar os parâmetros de porte, e não potencial poluidor. O setor até solicitou que o potencial poluidor de Solo – que atualmente é G, e na proposta que estamos deliberando permanece como G – fosse P. E, pelo estudo elaborado pela FEAM, identificou-se que isso não era viável. Ficou-se até na dúvida porque, às vezes, acontece isso. Claro, existe um grande grau de subjetividade, em alguns casos, assim como qualquer metodologia. Isso é muito bom frisar, inclusive nas metodologias de avaliação de impactos ambientais, que já foram muito citadas, sempre tem subjetividade, é impossível não ter. Então, nesse caso, até ficamos na dúvida, será que seria G ou M para Solo. Mas, P, como o setor queria, nós tínhamos certeza, temos certeza de que não é viável. Então, não acatamos a proposta de potencial poluidor, mantendo da forma como está. E com relação ao porte, aí, sim, verificamos, conforme o levantamento do Siam, o que o setor estava querendo e apresentou sua justificativa era aumentar levemente o pequeno para 0,2 hectares, passando para 0,3 hectares. E nós identificamos que, sim, que isso representava melhor a realidade do setor. Um argumento que usamos em relação ao porte grande, que atualmente é de 0,5 hectares, de passar para 0,6 hectares. A partir do momento em que



339 aumentou o potencial poluidor pequeno, fazia sentido, então, aumentar  
340 também um pouco o potencial poluidor grande, e isso foi identificado pelo  
341 Siam como realmente possível. Mais um exemplo, relacionado à indústria  
342 têxtil. Eu acho que já falei outras vezes, não sei se nas Câmaras Técnicas:  
343 foi, disparado, o melhor estudo que recebemos de um setor. Apresentou toda  
344 uma metodologia e justificativa embasada em estudos que fez somente para  
345 isso, dizendo por que deveriam se alterar os potenciais poluidores e os  
346 parâmetros de porte. São vários códigos para a indústria têxtil, mas eu trouxe  
347 só esse. Nós percebemos que, atualmente, o de fiação e tecelagem plana e  
348 tubular teve levemente também alterada a sua descrição, porque acabamos  
349 unificando vários códigos da indústria têxtil. E o que nós alteramos nesse  
350 caso aqui não foi o potencial poluidor geral, que se manteve o mesmo, mas o  
351 potencial poluidor da água, que atualmente é médio e foi para P, em virtude  
352 de essa tipologia específica da indústria têxtil não ter consumo de água. A  
353 água desse setor é proveniente de consumo humano, tem lançamento de  
354 efluente sanitário, não tem de efluente industrial. E mesmo assim não é tão  
355 significativo. Então, achamos por bem alterar o potencial poluidor passando  
356 de M para Pequeno. Mas isso acabou não alterando o potencial poluidor  
357 geral, que continua sendo Médio. Em relação aos parâmetros de porte, em  
358 razão do que o setor apresentou no seu estudo, muito bem fundamentado,  
359 chegou-se à conclusão de que empreendimentos de pequeno porte têm, em  
360 geral, capacidade 5,11 toneladas/dia. Então, ficou até com um número  
361 bastante específico, mostrando realmente a profundidade do trabalho que foi  
362 elaborado. E, para médio porte, 14,80, e grande, 79,89. Chegou a uma  
363 proposição diferente dessa nossa, mas, a partir, ou seja, era mais flexível a  
364 dele, não era 5, e aqui não era 17 – aqui, se não me engano, era 25  
365 toneladas/dia. Mas, a partir desse estudo que ele elaborou, a gente  
366 confrontou com os dados do Siam, nos ajudou muito, e nós identificamos,  
367 então, que poderíamos flexibilizar, entre aspas, um pouco, mas não  
368 chegando ao que o setor apresentou realmente como sugestão. Então,  
369 embasados realmente em dados do Siam mais os dados elaborados pelo  
370 setor, nós chegamos à conclusão de que poderia ser 5 ou 17 toneladas/dia.  
371 Ou seja, atendendo, inclusive, o que está colocado aqui como parâmetro de  
372 médios encontrados pelo setor, que é de 5,11 e 14,80. Basicamente, era isso  
373 que eu queria colocar, e só ressaltando, mais uma vez, que para vários  
374 códigos não houve realmente nenhuma demanda interna ou externa, e que  
375 nós também não concordamos que todos os códigos, por princípio da  
376 precaução, sejam considerados com potencial poluidor G. Caso assim fosse,  
377 não haveria necessidade de classificação dos empreendimentos. Então, nós  
378 temos, sim, subsídio técnico para argumentar os códigos, aqueles que foram  
379 alterados ou foram incluídos, apresentados aqui no dia de hoje. Mas não  
380 consideramos pertinente argumentar sobre aqueles códigos em que não  
381 houve nenhuma alteração, nenhuma sugestão de alteração, até porque não

382 seria viável fazer isso agora. Se não houve nenhuma sugestão de alteração  
383 é porque realmente eles estão atendendo ao que foram propostos. Então,  
384 agradeço e vou estar à disposição durante todo o debate. Obrigado.” Maria  
385 Teresa Viana de Freitas Corujo: “Eu trouxe aqui uma contribuição do Fonasc  
386 sobre a listagem A. Sem dúvida, os conceitos de porte e potencial são  
387 fundamentais no âmbito da classificação dos empreendimentos, inclusive  
388 para definição da área de influência direta e indireta. Um exemplo só que eu  
389 trouxe. Uma questão do aterro sanitário de pequeno porte. Eu tenho uma  
390 norma técnica. Por que eu trouxe isso assim como um só exemplo? Nós não  
391 encontramos fundamentação técnico-científica das alterações ou da  
392 manutenção de determinadas faixas de porte. Nós olhamos essa listagem, já  
393 levamos esse entendimento ao secretário, a reuniões com técnicos, e  
394 estamos reiterando nesta Câmara, para que fique registrado. As alterações  
395 efetuadas na listagem A – eu imagino que nas outras ocorreram, mas nós  
396 não nos debruçamos sobre elas – não possuem substrato técnico que as  
397 fundamentem. O que foi apresentado aqui agora são substratos,  
398 argumentações, mas em tudo que foi apresentado nós não vemos esse  
399 substrato técnico. Alguns exemplos. Por exemplo, quando houve a primeira  
400 proposta do governo, que foi para consulta pública, teve uma questão de  
401 lavra de minério a céu aberto, que duplicou todos os portes, ou seja, o que  
402 era um tamanho pequeno, 300 mil, foi alterado para 600 mil. Perguntamos  
403 aos técnicos: qual a fundamentação técnico-científica do que era pequeno  
404 porte, 300, agora duplicou e é pequeno porte? Agora, nessa versão que  
405 vocês vão deliberar, me parece que houve essa revisão. Porque antes, a  
406 proposta que foi para consulta pública e a primeira apresentada pelo  
407 governo, é que da produção de 300 mil passava para 600 mil toneladas/ano.  
408 E justificaram para nós, sociedade civil, que havia argumentação técnica,  
409 que tinha a ver com a pesquisa no Siam, e houve uma revisão. Quando  
410 vemos, por exemplo, que também nessa primeira proposta tinha se  
411 repensado Água como potencial poluidor/degradador, em vez de ser Médio,  
412 para Grande, nós colocamos, ‘olha, isso está adequado’. Porque lavra a céu  
413 aberto tem grandes impactos, quando é ferro, na questão dos aquíferos.  
414 Então, estava subdimensionado. Então, essa alteração. No entanto, agora,  
415 nessa proposta que veio para vocês, já de novo vão manter o potencial  
416 poluidor de Médio e na classificação de potencial poluidor/degradador  
417 voltaram a colocar como geral Médio, ou seja, manteve o que estava na DN  
418 atual. Quando isso tinha sido uma alteração adequada, a nosso ver, com a  
419 realidade do impacto de lavra de minério a céu aberto. Então, reparem,  
420 quando a gente se dá de cara com isso e verifica que a justifica traz que isso  
421 tem a ver também com o fato de inserção de dois códigos sobre UTM, a  
422 gente se pergunta: o fato de inserir códigos para unidade de tratamento de  
423 minerais, qual a justificativa técnico-científica de isso ser o motivo para que o  
424 potencial poluidor/degradador, que já deveria realmente ter sido adequado

425 aqui para Grande, agora estar Médio. Outro exemplo. Em relação às UTM's,  
426 hoje é assim. A UTM tem o mesmo porte da atividade principal, que é a  
427 lavra. Com a atual proposta, nós vamos ter unidade de tratamento de  
428 minerais com porte pequeno até 600 mil toneladas/ano, quando a lavra vai  
429 ser até 300 mil toneladas/ano. Qual a justificativa técnico-científica que uma  
430 unidade de tratamento de minério de ferro é pequena até 600 mil  
431 toneladas/ano de tratamento, enquanto a lavra de 300 mil é o porte até 300  
432 mil, e o tratamento é o dobro. Não está explicado tecnicamente e  
433 cientificamente. A questão das áreas cársticas, isso é gravíssimo. Porque,  
434 quando foi feita a DN 74, se percebe que teve um cuidado técnico de que  
435 atividades de impacto em áreas cársticas tinha outros tipos de  
436 dimensionamento em relação a porte e potencial poluidor. Isso foi excluído,  
437 foi entendido que não havia necessidade. Infelizmente, esta Câmara não  
438 considerou o critério locacional 'áreas cársticas'. Nós apresentamos como  
439 proposta, seria uma forma de equacionar. E a justificativa: código excluído,  
440 considerando que o mesmo não permite a identificação de atividade de lavra  
441 exercida pelo empreendimento. 'As fragilidades do ambiente cárstico –  
442 então, está configurando que tem fragilidades no ambiente cárstico, está  
443 confirmando – deverão ser tratadas na avaliação dos impactos da atividade  
444 de mineração específica'. Ou seja, isso é justificativa técnica que a gente  
445 precisa e tenha que aceitar? Quando se traz essa justificativa técnica para  
446 desconsiderar e excluir classificações específicas para áreas cársticas, nós  
447 não aceitamos, porque as áreas cársticas continuam frágeis. Teria que ter  
448 uma justificativa técnica que, de repente, as áreas cársticas não são mais  
449 frágeis, então, atividades e intervenções lá, agora, está tudo tranquilo, pode  
450 ser entendido como em qualquer outro território. Exploração de gás natural  
451 ou petróleo. Foi unificado a um outro código. Nesse outro código, reparem as  
452 alterações. Mantiveram o potencial poluidor. Houve uma alteração, era  
453 cumprimento de linha, 500 km, e agora é por área de cobertura, 30 km. Está  
454 colocando como motivação que atualmente as técnicas de prospecção usam  
455 sistemas não invasivos. Só que aqui está falando prospecção, e, no entanto,  
456 essa listagem tem a ver com também a exploração. Cadê a justificativa  
457 técnica que antes era de linha, 500 km, e agora 30 km<sup>2</sup>, pequeno? Uma  
458 prospecção de petróleo ou de gás. Isso nos preocupa, porque no Norte de  
459 Minas tem muito interesse em gás de xisto. E olhem só: qual a justificativa  
460 técnica da DN vigente para produção, o número de poços, pequeno, era  
461 menor que 2, e agora, na proposta que vocês vão deliberar, é 15? Por que  
462 agora 15 é pequeno porte? Cadê a justificativa técnica em termos do que  
463 isso significa de tamanho e de porte? A justificativa: 'Houve alteração do  
464 número de poços. Quanto maior o número de poços, maior a área de estudo  
465 e o conhecimento dos potenciais impactos da atividade'. Nós não estamos  
466 falando aqui mais de estudo, nós estamos falando de produção. Então, nós  
467 temos uma alteração significativa de 2 para 15, de produção de gás, com

uma justificativa de que maior quantidade de poços aumenta o potencial de conhecimento. Não tem o menor cabimento em termos de justificativa, verdadeiramente, técnica e séria. Então, nós, do Fonasc, estamos trazendo aqui o que nós trouxemos ao Estado de diversas formas: ofício ao secretário de Estado – assinado por muitas outras ONGs – pedindo que essa DN fosse devidamente discutida, com mais tempo, e sem ser o cronograma até o final deste ano, que é o projeto do governo. Não foi acatado. Conseguimos mais uma reunião, estavam os técnicos, levamos de novo essa demanda. Não foi considerado. E nós temos, diante de nós, uma revisão da DN que traz graves situações, e é muito grave para o território de Minas Gerais. E, de certeza, essas justificativas técnicas trazidas aqui hoje não têm embasamento real para justificar tanto alterações que foram feitas como alterações que não foram efetuadas. E isso é muito grave, porque nós estamos tratando de critérios para classificar empreendimentos a partir dos quais vai se fazer os licenciamentos. É isso que nós queríamos compartilhar aqui. Quero que fique registrada, na íntegra, a minha participação. Pode ser disponibilizado no site. E reiterar o pedido, tanto da apresentação na última reunião quanto dessa, da justificativa do Estado de quais foram os parâmetros técnicos e científicos para fazer essas alterações, que para o Fonasc não existem, não são verdadeiros. E é muito grave tomar decisões desse porte, dessa forma.”

Thaís Oliveira: “Bom dia a todos. Thaís Oliveira, em nome do Sindixtra. A minha manifestação aqui, presidente e conselheiros, é no sentido de dar apoio ao relato de vista do Ibram e manifestar, especificamente, com relação ao ponto do item em que nós solicitamos inclusão de pilhas de estéril e empilhamento drenado. Nós fizemos a manifestação e, ontem, a discussão com a área técnica, especificamente com o Antônio Malard. Houve uma manifestação da SEMAD de que não está de acordo com a inclusão. Então, nós vamos abrir mão, realmente, desse item, propondo uma discussão, talvez no ano que vem, uma discussão mais específica. E, bem lembrado pelo conselheiro João, que essa discussão está sendo feita na ABNT. Então, nós achamos prudente mesmo deixar essas considerações para uma discussão mais aprofundada. Nos demais itens, com relação especificamente a potencial poluidor, nós estamos reforçando que nossas proposições são técnicas, consideramos realmente o que teria de potencial com relação a Ar, Solo. E nossas proposições são no sentido de considerar o que, efetivamente, tecnicamente, nós teríamos como potencial. Então, nós estamos à disposição. A Cristiane Malheiros, que é nossa técnica, não chegou ainda ao plenário, mas estão à disposição o João Carlos e a Denise, se precisarem, para atuar como assistentes técnicos na discussão da DN e das propostas.”

Jadir Oliveira: “Bom dia a todos. Eu queria só externar uma manifestação. No caso, seria com relação a extração de areia e cascalho para uso, exclusivamente, em obras rodoviárias. Nós somos um setor que cuida bastante de áreas de conservação de estrada para escoamento de

511 produção, também existem outros setores. Eu já manifestei a nossa  
512 preocupação à equipe técnica e parece que se encontrou o caminho. E o  
513 conselheiro Licínio, da AMM, que também compreende perfeitamente o que  
514 é a situação, deverá fazer o encaminhamento da necessidade que tem de  
515 ajuste no texto do enunciado da proposta para esse item. Então, esse é o  
516 encaminhamento. Muito obrigado.” Conselheiro João Carlos de Melo: “É só  
517 uma complementação ao que a Dra. Thaís comentou, sobre essa questão de  
518 empilhamento drenado. O Ibram é membro da ABNT, Associação Brasileira  
519 de Normas Técnicas, e vem liberando algumas discussões, nos últimos dois,  
520 três anos, sobre pilha de estéril, disposição de pilha de estéril, barragem. E,  
521 consequentemente, surgiu, no decorrer dessas discussões, a questão  
522 específica de empilhamento drenado. A questão de barragem em pilha,  
523 sendo bastante sucinto, já tem uma norma específica, definida, em final de  
524 aprovação. A questão específica de empilhamento drenado, pela série de  
525 características que tudo isso envolve, vem sendo discutida, e a previsão é de  
526 que seja concluída a partir de janeiro, fevereiro de 2018. Ou seja, a nossa  
527 solicitação de que se retirasse essa questão de empilhamento drenado da  
528 norma é exatamente porque não tem uma caracterização específica ainda, e  
529 que seria factível a partir de janeiro, fevereiro, março do ano que vem,  
530 imagino eu. É só esse esclarecimento, senhor presidente. Obrigado.”  
531 Conselheira Virgínia Campos de Oliveira: “Eu queria agradecer as  
532 explanações tanto do Antônio quanto das pessoas que se inscreveram e só  
533 reiterar a importância da experiência e dos dados advindos da experiência no  
534 dimensionamento dos projetos. Os dados empíricos, que são aqueles que  
535 resultam, que se baseiam na experiência ou resultam deles, acrescentam  
536 muito aos projetos e às realidades com as quais trabalhamos. Só reiterando  
537 essa importância. Então, aqueles dados advindos da experiência, e bem  
538 colocados aqui pelo Malard, são válidos como informações técnicas, porque  
539 essa experiência é muito importante na definição dos projetos.” Conselheiro  
540 Enio Marcus Brandão Fonseca: “Presidente Germano, demais conselheiros.  
541 Eu queria fazer uma colocação acerca dessa discussão que precede a  
542 efetiva votação do processo relacionado à atividade A. Dizer que é justa e  
543 pertinente a preocupação, vamos dizer assim, dos segmentos da sociedade  
544 que aqui se manifestaram, sobre entender o rito do processo, como se chega  
545 àqueles valores que estão apresentados. Eu queria dizer que entendo que o  
546 rito utilizado pela Secretaria, que não se limita a essa iniciativa deste  
547 momento, é um rito que vem já sendo trabalhado ao longo dos anos, porque  
548 esse processo vem sendo objeto de discussões permanentes, que envolvem  
549 os setores que, efetivamente, entendem da operacionalização daquelas  
550 atividades, com a equipe da Secretaria, que tem um papel importante no rito  
551 da avaliação do impacto dos critérios de acompanhamento e fiscalização. E  
552 esse processo, ao longo dos anos, tem sido um processo robusto,  
553 participativo e respeitoso no sentido de que a gestão do conhecimento possa

554 ser aprimorada na definição desses valores. Então, eu entendo que, ainda  
555 que muitas pessoas ou muitas entidades possam não considerar, o resultado  
556 final que é apresentado – e que não está sendo apresentado só hoje, ele  
557 vem dentro de um rito que passou pelas Câmaras, passou por discussões  
558 efetivas entre os setores e os técnicos – tem, sim, uma robustez necessária,  
559 fruto de toda a explanação feita, que eu entendo que é, sim, uma  
560 demonstração cabal de que aquilo que está colocado aqui como os  
561 parâmetros a serem votados é fruto de um trabalho muito robusto,  
562 tecnicamente falando, e muito robusto do ponto de vista da relação com as  
563 partes que estão interessadas. Então, eu entendo que aquilo que nós vamos  
564 estar votando hoje aqui é fruto, sim, de um trabalho extremamente  
565 responsável e que nós, conselheiros, que estamos votando aqui nesta última  
566 instância o faremos com a maior responsabilidade que nós temos, na  
567 condição de conselheiros, para poder processar aquilo que nós acreditamos  
568 que é o trabalho que foi construído e que chega a esses parâmetros de uma  
569 maneira muito adequada. Eu tenho certeza de que nós estaremos fazendo  
570 isso, sem dúvida nenhuma, com a maior responsabilidade possível que nós  
571 temos aqui na condição de conselheiros.” Conselheiro Gustavo Henrique  
572 Wykrota Tostes: “Primeiramente, agradecer ao Antônio pela exposição que  
573 foi feita e ao público que também trouxe as informações. E gostaria, Antônio,  
574 se você pudesse nos ajudar, eu acho que quanto mais esclarecidas ficarem  
575 essas questões, principalmente para quem não está no dia a dia do trato  
576 dessas questões na ambiental e faz parte da sociedade civil, como o meu  
577 caso. Eu queria deixar muito claro que os meus questionamentos em nada  
578 desmerecem o trabalho feito por vocês. Pelo contrário, eu acho que busca  
579 engrandecer o trabalho por vocês elaborado, de forma a dar transparência  
580 àquilo que levou o juízo de valor de vocês a atribuir cada parâmetro, cada  
581 um dos atributos que ali são discutidos. Eu só gostaria de fazer mais  
582 algumas ponderações em relação à sua apresentação e até onde estamos.  
583 Na primeira parte da sua apresentação, tanto em relação ao porte como ao  
584 potencial poluidor, o senhor especificou experiências teóricas, fontes de  
585 trabalho da FEAM, bancos de dados do Siam, históricos de Pareceres  
586 Únicos dos empreendimentos, as propostas dos setores, estudos  
587 acadêmicos e estudos de órgãos públicos, que eu acho que são fontes  
588 extremamente pertinentes e que corroboram para a conclusão levada a cabo  
589 pelos senhores para apresentação dessa minuta. Da mesma forma, o que a  
590 conselheira Virgínia falou, necessariamente, existe uma parte de empirismo  
591 em relação ao convencimento de vossas senhorias para chegar a isso. Em  
592 relação ao porte nos quatro ou cinco exemplos que o senhor apresentou, o  
593 senhor demonstrou uma metodologia que foi utilizada. Em relação ao  
594 potencial poluidor, a única metodologia que o senhor deixou clara é que não  
595 é utilizado como avaliação aquilo que o empreendedor tem obrigação de  
596 executar para reduzir os impactos. E nos demais pontos o senhor

597 simplesmente fez remissão a estudos elaborados pela FEAM, mas não  
598 descreveu qual foi a metodologia utilizada. E no outro, me parece que no  
599 têxtil, um trabalho muito aprofundado pela área têxtil. E aí o que me  
600 preocupa. Eu não estou falando do geral, porque o geral está claro, já foi  
601 definido, eu estou falando do individual, em cada um daqueles parâmetros.  
602 Como é que se chega a definir que água é M ou solo é G para o código tal?  
603 Ou seja, o empirismo tem um peso. A fonte de dados é essa, o empirismo  
604 deve ter um peso no julgamento do senhor, mas existem outros fatores que  
605 também devem ter determinados pesos na avaliação dos técnicos como um  
606 todo. E para mim o que não ficou claro é qual a metodologia que vocês  
607 usaram, ainda que não seja metodologia científica, que ainda seja uma  
608 metodologia advinda do conhecimento técnico de vocês. Existe algum critério  
609 metodológico para que os senhores chegassem a cada um desses itens P, M  
610 e G, para cada um dos atributos Ar, Água e Solo? Porque, na hora em que  
611 se remete ao estudo da FEAM, o que me sobressai é que, para esse  
612 atributo, nesse caso, vocês adotaram 100% o estudo da FEAM; em outro  
613 caso, adota-se o estudo da FEAM mais o conhecimento técnico. Ou seja,  
614 não existe uma lógica que se aplique a todos os códigos. Ou não existe uma  
615 lógica que se aplique a cada um dos atributos definidos em cada um dos  
616 códigos. Ou seja, para cada atributo e para cada código existe uma  
617 metodologia, uma lógica diferente de se fazer essa avaliação. Para que eu  
618 consiga julgar e dar meu parecer de uma maneira construtiva, eu preciso  
619 entender como é que vocês chegaram a esses valores. Então, é esse o meu  
620 questionamento. Se for individualmente, por cada código, nós vamos discutir  
621 um por um, sem problema nenhum, mas isso aqui, para mim, ainda não ficou  
622 claro. Muito obrigado.” Antônio Augusto Melo Malard, subsecretário de  
623 Regularização Ambiental/SEMAD: “Primeiramente, na apresentação a gente  
624 quis deixar mais clara a definição dos portes, porque os portes têm aqueles  
625 números, vamos dizer assim, que muita gente considera como números  
626 mágicos, porque se chegou àquele número. Então, a gente quis realmente  
627 mostrar que existe um porquê de ser aquele número. Por exemplo, 10 mil,  
628 porque não é 10.002, não é 10.100? Aí, entra aquela questão de que nós  
629 temos que adotar um determinado número. Poderia ser 10.100? Poderia.  
630 Poderia ser 9.900? Sim. Mas eu acho que, com relação ao porte, ficou  
631 bastante claro como a gente chega a cada um daqueles valores. Com  
632 relação ao potencial poluidor, é bom deixar claro, mais uma vez, não existe  
633 uma regra definida para todos os códigos serem daquela determinada  
634 maneira. Existe, como eu mostrei, uma série de elementos e estudos que  
635 vão subsidiar essa decisão. E essa decisão é tomada nos grupos de  
636 trabalho. Muitas vezes, para se chegar à definição de um potencial poluidor  
637 de uma atividade, um Grupo de Trabalho ficava reunido mais de um dia.  
638 Imagine colocar em uma sala dez pessoas especialistas naquele tema, e  
639 eles ficarem um dia somente discutindo como deveria ser o potencial

640 poluidor de uma determinada atividade. E como eles chegavam a essa  
641 definição? Simplesmente, 'ah, porque eu conheço, é dessa forma, pela  
642 experiência'? Não somente, mas isso é relevante, sem sombra de dúvidas,  
643 porque é uma experiência que advém de vários anos e, às vezes, até de  
644 décadas de trabalho de alguns dos técnicos. Os trabalhos da FEAM, neles  
645 mesmos, já foram embutidos trabalhos acadêmicos, trabalhos de órgãos  
646 públicos, dentre outros. Esses dados eram levados ao Grupo de Trabalho, e  
647 assim o Grupo de Trabalho subsidiava sua decisão em virtude disso. Nós  
648 não apresentamos exatamente por que é P, por que é M, por que é G. Eu  
649 posso dar um exemplo rápido em relação a emissões atmosféricas. Por que  
650 podemos determinar, por exemplo, que um potencial poluidor é G ou por que  
651 é P para determinada atividade? O potencial poluidor G vai depender de  
652 quais parâmetros são emitidos para a atmosfera, se vai ter só material  
653 particulado, se vai ter, por exemplo, metais pesados e outros elementos, qual  
654 vai ser a vazão desse efluente e qual vai ser o equipamento, realmente, de  
655 controle necessário a ser implantado. Aqui eu não estou considerando que  
656 ele já está implantado. Quanto mais robusto deve ser o equipamento de  
657 controle, significa que realmente o potencial poluidor é maior. Então,  
658 algumas vezes não é necessário sequer instalar um equipamento de  
659 controle. Então, nesses casos, poderíamos considerar que o potencial  
660 poluidor, por exemplo, para Ar é pequeno. Se não precisa instalar um  
661 equipamento de controle, ele é basicamente quase que insignificante. E o  
662 médio seria, então, aquele efluente que não tem, por exemplo, metal pesado,  
663 que não tem grande concentração de material particulado, dentre outras  
664 questões. Então, essa é uma definição. De onde isso é obtido? Aí que  
665 colocamos: das fiscalizações, da experiência dos técnicos, dos estudos  
666 acadêmicos, dos estudos da FEAM, entre outros. Então, os estudos da  
667 FEAM, assim como os pareceres também, mostram quais são as fontes de  
668 geração de emissões atmosféricas, de efluentes líquidos, e por aí vai,  
669 daquela determinada tipologia. E a partir desse estudo, da quantificação, da  
670 caracterização desse efluente, é definido, então, qual é o potencial poluidor  
671 para esse componente específico. Então, é dessa forma que é tratado. Tem  
672 subjetividade? Com certeza, tem, isso é natural. Como eu disse  
673 anteriormente, qualquer metodologia vai incorporar. Mas, podem ter certeza,  
674 as discussões foram intensas e bastantes desgastantes, mas muito  
675 importantes, porque, muitas das vezes, até os trabalhos da ponta, das  
676 Superintendências Regionais foram prejudicados em virtude de os técnicos  
677 terem que se deslocar para Belo Horizonte, assim como a equipe técnica da  
678 FEAM, de outras Casas, da SEMAD tiveram que se empenhar em fazer  
679 essas discussões, que realmente duravam dias e são discussões que estão  
680 aí. Desde 2012, 2013, permanentemente, a gente vem reunindo esses  
681 Grupos de Trabalho. E aí, só para concluir, mais uma vez, é sempre muito  
682 bom ressaltar que vários códigos a gente não discutiu, porque não houve



nenhuma contribuição externa ou interna. Então, não valeria a pena debruçar sobre esses códigos, entendendo, então, que realmente se comportavam conforme a realidade encontrada nas fiscalizações, pelos setores e por todos os demais envolvidos nesse processo. Espero ter respondido suas considerações, conselheiro.” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “Eu entendi como vocês operaram, agora, a única coisa que me preocupou foi você falar que vocês não têm como ou não prepararam para que houvesse a explicação de como se chegou a cada um desses portes, nesta reunião. Então, por exemplo, se eu questionar isso, não tem como isso ser esclarecido nesta reunião. Seria isso? Vou dar um exemplo: lavra subterrânea sem tratamento ou com tratamento a seco. Por que se chegou a Ar, M, Água, M, e Solo, G? Nesse caso específico, você teria como me explicar, ou seja, você teria como me esclarecer de onde vocês tiraram que o Solo, para essa atividade, é G, a Água, para essa atividade, é M, e o Ar, para essa atividade, é M?” Antônio Augusto Melo Malard, subsecretário de Regularização Ambiental/SEMAD: “Não foi isso que eu disse, conselheiro. O que eu disse foi o seguinte. Que não tem uma regra estabelecida para todas as tipologias, porque nem para todas as tipologias houve, por exemplo, um trabalho da FEAM. Então, só por conta disso, já não tem uma regra definida de como chegamos àquele valor para aquela determinada atividade. É uma série de critérios, que foram aqueles que eu apresentei. E aí o que eu disse foi o seguinte: naqueles códigos em que não houve solicitação de alteração, exclusão ou inclusão, a gente não se debruçou e não tem, então. Pode-se até discutir, apresentar em outro momento, mas não caberia aqui, porque não houve solicitação, não houve nenhuma proposta, seja interna ou externa, então, não haveria como tratar desse assunto no dia de hoje. Entretanto, aqueles códigos em que houve qualquer sugestão, seja dos cidadãos, nas consultas públicas, seja dos conselheiros, do público de maneira geral ou que surgiu de uma demanda interna, a gente tem todos os argumentos para apresentar no dia de hoje. Então, nesse código específico, a gente vai entrar na discussão, mas eu não sei se esse teve alteração. Se é um dos que houve alteração, nós temos todos os argumentos aqui para serem colocados durante a reunião.” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “Só em relação àquilo que foi alterado. Ou seja, nesse código, se algum parâmetro não foi alterado, em relação ao parâmetro que não foi alterado desse código, vocês não teriam essa informação. Vocês só teriam informação em razão do parâmetro ou do porte, caso ele tenha sido alterado. É isso?” Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “Primeiro, porque são anos em que os códigos estão em vigor. Muitos deles estão em vigor desde 1990, e outros, desde 2004. Da mesma forma que as propostas que vieram de alteração de porte nós solicitamos que colocassem as devidas justificativas técnicas. Foi a mesma coisa com o senhor, por exemplo, que coloca em todos os códigos o pedido de G. Tem que ter uma justificativa técnica,

porque o princípio da precaução não é apenas o balizador de uma definição técnica. Então, se não tem uma justificativa técnica, se os códigos estão em vigor há anos no Sisema e se a sociedade civil, se os órgãos públicos, se o próprio setor produtivo não nos apresentou, subentende-se que os códigos estão adequados, inclusive porque as equipes de fiscalização estão sempre em campo reportando para as equipes de regularização o monitoramento das atividades.” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “Eu queria só agradecer porque eu acho importantes esse entendimento e esse esclarecimento sobre a metodologia. Ou seja, o senhor acabou de descrever uma metodologia que foi utilizada.” Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “Mas o Antônio já tinha falado disso umas duas ou três vezes.” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “Sim, só reafirmando a metodologia que foi utilizada.” Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “Que não foi apenas essa.” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “Sim, não tem dúvida.” Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “Inclusive, conselheiro, mesmo os portes e potenciais poluidores não tendo sido alterados, a partir do momento em que você estarta um processo de revisão, qualquer um, da própria equipe técnica – e digo, inclusive, das entidades – poderia nos acusar: ‘Vamos aproveitar a oportunidade, que há alguma coisa muito sensível e delicada que deve ser alterada neste momento’. Nós estamos fazendo exatamente aquilo que o mundo jurídico e técnico nos trouxe.” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “E, principalmente, nós, conselheiros, que vamos julgar. Eu acho que é o mais importante, nós temos a função de estar aprovando essa norma, nada melhor do que termos o melhor e o maior esclarecimento possível sobre isso.” Conselheiro João Carlos de Melo: “Senhor presidente e demais conselheiros e conselheiras. É só um esclarecimento, uma contribuição a tudo que foi falado até agora. De uma forma ou de outra, nós temos participado, não só pelo Ibram, nos últimos 30 ou 35 anos, de praticamente todas as reformulações que ocorreram nesta Casa sobre a questão de porte e potencial poluidor e outros detalhes a mais inerentes a classificação de empreendimentos. Eu gostaria de lembrar certos fatos, de uma forma bem sucinta. Todas essas discussões têm tido uma definição e uma participação pública, uma participação da sociedade, participação da área jurídica e das entidades muito grande, para chegar ao que foi definido e vem sendo definido até hoje, Eu participei diretamente da DN 74/2004, participei, de uma forma direta, da 01/90. E anterior à 01/90, senhor presidente, eu gostaria de lembrar que houve uma primeira tentativa de aproximação para minério de ferro, em 87/88. Ou seja, tudo isso vem sendo definido e discutido na Casa de uma forma muito clara, muito objetiva. É lógico que em um agrupamento de uma série de informações de atividades produtivas, não só da mineração, como está sendo aqui hoje, mas também da área de indústria, da área de transporte, enfim, dos segmentos de todas as entidades que compõem a

sociedade como um todo, há uma série de situações da dinâmica envolvida em tudo isso, da subjetividade inerente a cada procedimento como um todo e da questão do bom senso que a Câmara, que a Casa técnica define em função dessas informações. Ou seja, é aquela malha de impactos ambientais eu acho que coaduna, mais ou menos, com o que eu estou tentando dizer. Todos esses pontos foram levados em consideração. Assim sendo, senhor presidente, eu gostaria que caminhássemos para os destaques apresentados, por favor. Muito obrigado.” Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “João, obrigado pelos esclarecimentos, você realmente é uma memória viva disso tudo, desde o início. Mais algum conselheiro? Então, eu só vou questionar: se formos manter o destaque em todos, eu não preciso fazer a leitura. Ou se então nós vamos apenas para os destaques que estão nos relatos de vistas e aqueles em que nós tivermos algum tipo de alteração. Ou, então, faço a leitura.” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “Pelo que eu entendi do esclarecimento do Antônio, essa questão é peculiar a cada código. O que foi desenvolvido para que se chegassem a esses parâmetros em relação aos atributos é peculiar a cada código. Eu não sei os demais conselheiros, mas eu não me sentiria confortável em fazer qualquer decisão sem que ele fizesse, igual fez em relação aos exemplos, a explanação em cada um desses códigos. Eu não abro mão disso. Se os demais conselheiros entenderem abrir mão, se você quiser colocar isso em julgamento, fique à vontade. Eu não abro mão, é o mínimo que eu gostaria de ter para ajudar a formação do meu juízo de valor em relação a essas questões.” Conselheiro Enio Marcus Brandão Fonseca: “Em relação à condução, secretário Germano, eu pleiteio o encaminhamento ou a verificação junto aos demais conselheiros da estratégia de encaminhamento que possa ser mais objetiva, observadas as informações que nós temos aqui, que são as comparações, evidentemente e aparentemente, sem o nível de explicação de cada uma delas, mas apenas conceituais em relação ao porte. Se nós podemos dar um tratamento de votação único em relação a essas questões, dada a absoluta similaridade de proposição e de robustez de justificativa em cada uma delas, observando também todo esse período que nós já passamos aqui fazendo discussão. Se nós podemos dar um encaminhamento de votação observado que isso não vai ferir o regimento de encaminhamento.” Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “É mais ou menos o que o conselheiro estava perguntando. Para ouvir os demais conselheiros, e eu vou colocar isso em deliberação. Mais algum conselheiro gostaria de fazer consideração?” Conselheiro Licínio Eustáquio Mol Xavier: “Acompanhando aqui o pensamento do nosso colega à esquerda, qual vai ser o critério dos senhores. Vamos passar cada código em revista, para opinião de cada conselheiro, ou o montante geral? Porque eu tenho uma pequena intervenção a fazer no código, não muito afeito à Associação de Municípios, mas que nos interessa, de certa forma. Eu faço essa intervenção

812 de uma vez ou espero chegar ao código A-30-19?” Presidente Germano Luis  
813 Gomes Vieira: “Eu acredito que nós devemos seguir, literalmente, o  
814 Regimento. Houve uma proposta de um relato de vista de um conselheiro  
815 solicitando a alteração para G, em cada código. Então, eu vou ler cada  
816 código, a justificativa dele para a listagem G. Se quiser manter o mesmo  
817 critério para os demais. A SEMAD tem a proposta que é justamente manter  
818 os parâmetros que vieram sendo definidos ao longo dos anos, e nós  
819 colocamos em deliberação código por código. Ainda que seja código por  
820 código, isso vai ter uma objetividade. E, aí, vocês fazem o destaque em cada  
821 um dos códigos. Então, vamos colocar em deliberação a listagem A, a partir  
822 de agora.” Conselheiro Paulo José de Oliveira: “Deixa eu só fazer um  
823 adendo. No item A-05, das unidades operacionais em áreas, eu queria  
824 questionar se não teríamos que acrescentar a questão do ar.” Presidente  
825 Germano Luis Gomes Vieira: “Na hora que chegarmos lá, o senhor pode  
826 pedir o destaque. Primeiro, lavra subterrânea. Não tem nenhuma proposta, e  
827 a SEMAD entende que deve ser mantido o código A0101-5, lavra  
828 subterrânea, pegmatitos e gemas. A proposta da ONG Ponto Terra é de  
829 alterar o potencial para G.” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes:  
830 “Eu gostaria só da justificativa da SEMAD em relação ao porquê da  
831 manutenção.” Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “Foi a justificativa  
832 feita no início tanto pelo Antônio Malard quanto por mim. Não houve  
833 nenhuma alteração ao longo dos anos e mantém-se os mesmos códigos de  
834 conhecimento público.” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “Ok.”  
835 Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “Em deliberação. Os conselheiros  
836 que são favoráveis à aprovação do código, tal como ele se encontra,  
837 permaneçam como estão. Aprovado. Abstenção Ponto Terra, abstenção  
838 Ministério Público e abstenção da APPA. Próximo código, A-01-03-1, lavra  
839 subterrânea, exceto pegmatitos e gemas. Não houve destaque. Coloco em  
840 deliberação. Os conselheiros que são favoráveis à manutenção do código  
841 permaneçam como estão.” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes:  
842 “O mesmo questionamento. É igual à do anterior, a fundamentação técnica?”  
843 Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “Exatamente. Para todos, eu já  
844 deixo registrado na ata que é a mesma fundamentação. Se não houve  
845 alteração nem proposta de nenhum dos conselheiros tampouco da  
846 sociedade civil e dos órgãos de controle e dos órgãos do setor produtivo, a  
847 SEMAD propôs a manutenção dos códigos.” Conselheiro Gustavo Henrique  
848 Wykrota Tostes: “Eu acho que seria interessante só citar que não houve  
849 essas propostas, ao ler o código.” Presidente Germano Luis Gomes Vieira:  
850 “Nessa também o senhor não propôs, porque o já era G. Por isso estou  
851 passando por ele. Em deliberação. Os conselheiros que são favoráveis à  
852 manutenção do código permaneçam como estão. Aprovado, com abstenção  
853 do Ministério Público. APPA e Ponto Terra votam pela aprovação. Perfeito.  
854 Aprovado, com uma única abstenção, do Ministério Público. A-02 lavra a céu

855 aberto. A-02-01-1, lavra a céu aberto, minerais metálicos, exceto minério de  
856 ferro. Pela SEMAD, a mesma argumentação, e uma proposta, do conselheiro  
857 da Ponto Terra, de alterar o potencial para G, pela justificativa do princípio da  
858 precaução. Em deliberação. Os conselheiros que são favoráveis à  
859 manutenção do código permaneçam como estão. Aprovada, com abstenção  
860 do Ministério Público e da Ponto Terra. Próximo código: A-02-03-8, lavra a  
861 céu aberto, minério de ferro.” Conselheira Lidianne Carvalho de Campos:  
862 “Destaque. Tem uma divergência nos parâmetros apresentados na minuta e  
863 nas fichas disponibilizadas. Eu queria ouvir da equipe técnica qual prevalece,  
864 qual vai ser votada.” Vanessa Coelho Naves/SEMAD: “Sobre o destaque da  
865 Setop, nós gostaríamos de esclarecer que houve realmente um equívoco. Os  
866 portes definidos para o código A-02-03-8 são os que estão descritos nas  
867 fichas comparativas. No momento de fazer a atualização da minuta, houve  
868 um lapso, e essa atualização não foi feita. Então, eu gostaria de esclarecer  
869 que os parâmetros de porte para esse código seriam, então, produção bruta,  
870 300 toneladas/ano, como pequeno. No porte médio, produção bruta entre  
871 300 mil e 1,5 milhão toneladas/ano. E o porte grande, produção bruta de 1,5  
872 milhão de toneladas/ano.” Conselheira Isabela Micherif Gudzik: “A nossa  
873 dúvida foi com relação a fixação do potencial poluidor relativo a água, por ter  
874 ficado em porte médio, mesmo considerando os impactos da mineração nos  
875 recursos hídricos, às vezes a necessidade de rebaixamento de lençol  
876 freático. Então, por que se chegou ao porte médio para a água.” Vanessa  
877 Coelho Naves/SEMAD: “O potencial poluidor para a água já é o adotado na  
878 DN 74 para todas as atividades de lavra a céu aberto. No sentido de  
879 coerência das atividades, optou-se pela manutenção do potencial médio para  
880 água, para todas as atividades de lavra a céu aberto.” Conselheira Isabela  
881 Micherif Gudzik: “Uma dúvida mesmo. Se as outras atividades necessitam  
882 também, como muitas vezes na mineração de minério de ferro, de  
883 rebaixamento de lençol freático, se causam um impacto que seria  
884 proporcional para que fosse mantida essa proporcionalidade na fixação do  
885 potencial poluidor.” Rodrigo Ribas, superintendente de Projetos  
886 Prioritários/SEMAD: “Conselheira, na verdade, todas as atividades de lavra a  
887 céu aberto, para qualquer minério, foram mantidas do jeito que estão ali. O  
888 que nós fizemos em adequação foi separar o tipo de tratamento de minério  
889 que se dá. Então, quando é a úmido, a UTM tem um peso, quando é a seco,  
890 tem outro peso. É isso que vai gerar o grande potencial de impacto sobre  
891 recursos hídricos. Quanto a rebaixamento, nos casos em que for necessário,  
892 para qualquer minério, é analisado como outorga de grande porte, sempre  
893 como outorga de grande porte. Então, um possível impacto do rebaixamento  
894 nos casos em que for necessário – nem sempre é; ele não é inerente à  
895 atividade de mineração de lavra a céu aberto; pode acontecer, mas não é  
896 inerente –, nesses casos, no processo de outorga de grande porte, é que  
897 isso vai ser analisado. Então, para manter a coerência com o que se

estabelece, com o que se pratica hoje na DN 74, foram todos eles equalizados no M. Na verdade, nós não propusemos alteração, nós mantivemos conforme está. Nós havíamos proposto alteração antes e, seguindo a reunião que aconteceu com as ONGs, nós resolvemos manter todos os parâmetros conforme estão hoje. Não houve alteração nesse item.”

Conselheira Isabela Micherif Gudzuki: “Eu entendi que foi mantido. Eu queria saber, então, se a SEMAD realmente entendia que era o ideal manter. Com relação ao rebaixamento, foi só um exemplo de tantos impactos que são causados aos recursos hídricos. Mas, se esse é o entendimento da SEMAD...”

Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “Acredito que ficou esclarecido. Do ponto de vista da análise do impacto ambiental, não foi levado em conta apenas um instrumento do licenciamento ambiental, mas também instrumentos de gestão de recursos hídricos como, por exemplo, o da outorga de direito de uso. Sendo uma outorga de grande porte, inclusive, passa pelos Comitês de Bacia.”

Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “Eu só gostaria de pedir que a integralidade das falas, inclusive da explicação dos técnicos em relação a essas questões que estão sendo detalhadas, fossem transcritas na integralidade, na ata desta reunião.”

Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “Então, a equipe técnica fez o esclarecimento sobre o parâmetro. Eu coloco em deliberação o código 02-03-8 com a produção bruta para pequeno menor ou igual a 300 mil; e utilizar 300 mil a 1,5 milhão para médio; e acima de 1,5 milhão para grande. Em deliberação. Os conselheiros que são favoráveis a essa proposta permaneçam como estão. Aprovado. Abstenções do Ministério Público, APPA, Ponto Terra e Fetaemg. Próximo código: A-02-06-2, lavra a céu aberto, rochas ornamentais e de revestimento. Pela SEMAD, a mesma justificativa. Pela ONG Ponto Terra, pergunto se a justificativa de elevação para o critério G, pelo princípio da precaução.”

Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “Sim.”

Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “Então, em deliberação. Os conselheiros que são favoráveis à manutenção do código permaneçam como estão.”

Conselheira Isabela Micherif Gudzuki: “Na verdade, porque pulou o que constava na DN antiga e que não consta na nova versão. Então, o que eu queria dizer é o código que estaria entre esses dois: o de lavra a céu aberto e subterrânea em áreas cársticas.”

Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “Vamos dar a justificativa, porque também houve uma mudança nos códigos.”

Rodrigo Ribas, superintendente de Projetos Prioritários/SEMAD: “Conselheira, esse código foi excluído, até mesmo pelo que já foi discutido aqui. O critério de áreas cársticas é um critério ambiental, um critério de fragilidade que tem que ser analisado no caso a caso, não é um critério para enquadramento de atividade. Então, a atividade minerária, independente de qual ambiente, vai encontrar diferentes fragilidades, e essas diferentes fragilidades têm que ser trabalhadas no caso concreto e não como enquadramento. Além disso, é claro, nós temos um

941 critério locacional, que é a possibilidade de existência de cavidades na área,  
 942 com base nos dados que vêm do Canie, que vem do órgão ambiental, do  
 943 ICMBio. Quando há possibilidade, de localização prevista em área de alto  
 944 potencial de ocorrência de cavidades, o que estabelece mais do que área  
 945 cárstica, porque nós estamos falando de carste em rocha calcária, mas  
 946 também estamos falando de carste em quartzito, em arenito. Então,  
 947 ampliamos essas possibilidades, aumentamos isso. E isso é um fator  
 948 locacional que gera obrigação de estudos complementares da atividade,  
 949 independente de qual tipo de lavra seja.” Conselheira Isabela Micherif  
 950 Gudziki: “Mas as áreas cársticas em si não foram incluídas nos fatores  
 951 locais. Foram incluídas dessa forma, quando houver potencial alto ou  
 952 muito alto de haver cavidades subterrâneas, mas nem sempre vão ser  
 953 localizadas cavidades subterrâneas em áreas cársticas e nem por isso elas  
 954 vão deixar de ser áreas sensíveis, extremamente sensíveis, inclusive com a  
 955 contaminação e várias outras coisas. E, como não foi utilizado como critério  
 956 locacional, fica a questão de que, então, ela pode talvez vir a ser licenciada  
 957 com Licenciamento Ambiental Simplificado, já que não vai cair no  
 958 enquadramento de uma atividade que teria que passar por um licenciamento  
 959 com EIA/Rima. Então, fica a nossa dúvida nesse sentido.” Rodrigo Ribas,  
 960 superintendente de Projetos Prioritários/SEMAD: “Nós vamos reiterar, então,  
 961 a resposta, conselheira. Todas as áreas cársticas, calcárias, que a senhora  
 962 está citando como cársticas, que são essas que estão sendo trabalhadas ali,  
 963 estão incluídas dentro do Canie como áreas de alto ou de muito alto  
 964 potencial. Para além das áreas calcárias, existe a inclusão de outras áreas  
 965 com alto potencial também. Então, nós não fizemos redução nem  
 966 desconsideramos. Nós consideramos as áreas calcárias e mais aquelas  
 967 outras que foram mapeadas no Canie. O Canie é hoje o maior banco de  
 968 dados em relação as áreas cársticas do país, exatamente porque nós  
 969 mesmos o alimentamos com os estudos ambientais que são produzidos. E  
 970 ele tem um mapeamento de potencial de ocorrência de cavidades alto ou  
 971 muito alto em todas as áreas cársticas. Além das calcárias, em outras áreas  
 972 que não estão mapeadas ali. Então, ampliou a área na criação do critério  
 973 locacional que já foi aprovado pelo Conselho.” Conselheira Isabela Micherif  
 974 Gudziki: “Eu não entendi essa explicação. Todas as áreas cársticas são  
 975 classificadas como de alto ou muito alto potencial de encontrar cavidades,  
 976 então, todas vão cair no critério locacional. Seria isso. Qualquer  
 977 empreendimento que estiver em área cárstica vai estar incluído nesse fator  
 978 locacional.” Rodrigo Ribas, superintendente de Projetos Prioritários/SEMAD:  
 979 “Isso mesmo. E, além, é claro, das atividades de mineração, qualquer  
 980 atividade, de qualquer tipologia, tem que considerar a fragilidade da área  
 981 cárstica nos estudos que estão sendo apresentados. Nós tiramos da  
 982 mineração e colocamos em todos os códigos.” Presidente Germano Luis  
 983 Gomes Vieira: “Obrigado pelo esclarecimento. Em deliberação. Os

conselheiros que são favoráveis à aprovação do código, tal como ele se encontra em vigor, lavra a céu aberto, rochas ornamentais e de revestimento, na proposta, permaneçam como estão. Com as alterações que foram registradas por mim. Então, aprovada, com abstenções do Ministério Público, da APPA e da ONG Ponto Terra. Próximo código: A-02-07-0, lavra a céu aberto, minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento. Pela Secretária, salvo engano, com a aquiescência pela equipe técnica, mantém-se o mesmo posicionamento, E, pelo conselheiro Gustavo Tostes, a proposta de aumentar para o porte G, justificada no princípio da precaução. Eu vou pedir toda vez, Gustavo, para você registrar no microfone, porque nós estamos transcrevendo também.” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “Sim.” Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “Em deliberação. Os conselheiros que são favoráveis à aprovação desse código tal como a proposta apresentada permaneçam como estão. Aprovado, com abstenções da Ponto Terra, do Ministério Público e da APPA. Próximo código: A-02-09-7, extração de rocha para produção de britas. Pela Secretaria de Meio Ambiente, através da equipe técnica, a mesma argumentação. Pelo Gustavo Tostes.” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “A mesma argumentação.” Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “Em deliberação. Os conselheiros que são favoráveis à aprovação do texto conforme foi apresentado permaneçam como estão. Aprovado, com abstenções Ponto Terra, APPA e Ministério Público. Próximo código: A-02-10-0, lavra em aluvião, exceto areia e cascalho. Pela SEMAD, com a concordância da equipe técnica, a mesma argumentação. Pela Ponto Terra, a mesma argumentação.” Conselheira Isabela Micherif Gudzuki: “Você foi muito rápido. Eu tenho uma dúvida com relação ao código de extração de areia. Embora os parâmetros tenham sido alterados, e realmente tenha colocado de uma forma mais restritiva, pelo que eu entendi, ainda vai ser possível a obtenção de licenciamento ambiental simplificado. Aí, não sei se, com o Relatório Ambiental Simplificado ou com o cadastro. Aí, tem a questão do confronto com a Resolução Conama 01/86, que fala da apresentação do EIA/Rima. E também só trazer a informação de que o Ministério Público conseguiu uma decisão liminar em uma ação civil pública para apresentação de EIA/Rima nas atividades de extração de areia.” Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “Esse código é exceto areia e cascalho. Nós estamos falando de lavra de aluvião. Então, eu vou voltar e colocar em deliberação o anterior. Em deliberação o código A-02-10-0, lavra em aluvião, exceto areia e cascalho. Aqueles conselheiros que são favoráveis permaneçam como estão. Aprovado, com abstenções do Ministério Público, APPA e Ponto Terra. Agora, sim, o tipo A-03, extração de areia, cascalho e argila para utilização na construção civil. O código é A-03-01-8, extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil. Então, voltamos à consideração da conselheira, com a dúvida técnica.” Rodrigo Ribas,



1027 superintendente de Projetos Prioritários/SEMAD: “Conselheira, foi debatido  
 1028 aqui na última CNR, em que se discutiu o texto, quais serão as condições de  
 1029 cumprimento dessas atividades. Na verdade, para a mineração não se aceita  
 1030 cadastro, todas as atividades são instruídas pelo menos com Relatório  
 1031 Ambiental Simplificado. Além disso, decisão judicial, mesmo que instância  
 1032 liminar, é para ser cumprida. Então, todos os processos de areia e cascalho  
 1033 estão sendo orientados com EIA/Rima hoje. E, uma vez que não haja  
 1034 decisão judicial para este ou qualquer outro, nós vamos cumprir a legislação  
 1035 vigente. Mesmo que ela seja enquadrada aqui com o potencial poluidor M,  
 1036 em porte P ou M, que geraria cadastro ou LAS/RAS, se houver determinação  
 1037 legal que esse processo tem que ser instruído com outro estudo que não  
 1038 seja Relatório Ambiental Simplificado ou que não possa ser com o cadastro,  
 1039 o Estado já estabeleceu critérios, se eu não me engano, no artigo 17 do texto  
 1040 da DN, obrigando a observação da lei em vigor.” Presidente Germano Luis  
 1041 Gomes Vieira: “Ressaltados os casos em que a própria legislação oportuniza  
 1042 o pedido de dispensa da elaboração do estudo, com as justificativas  
 1043 técnicas. Ok, conselheira? Então, eu vou colocar em deliberação. Em  
 1044 deliberação. Temos a proposta da Ponto Terra para a listagem G. Mantém a  
 1045 mesma argumentação?” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes:  
 1046 “Sim.” Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “Em deliberação. Os  
 1047 conselheiros favoráveis à aprovação do código A-03-01-8 tal como foi  
 1048 apresentado permaneçam como estão. Aprovado, com abstenções do  
 1049 Ministério Público, Ponto Terra, APPA e Fetaemg. Próximo código: A-03-01-  
 1050 9. Nós temos aqui um destaque.” Conselheira Lidiane Carvalho de Campos:  
 1051 “O conselheiro Licínio também tinha pedido um destaque antes. Eu gostaria  
 1052 de ouvi-lo, primeiro.” Conselheiro Licínio Eustáquio Mol Xavier: “Bom dia a  
 1053 todos, Dr. Germano, parece absurda a intervenção nossa, da Associação  
 1054 Mineira de Municípios, prefeituras, de envolver com a listagem A, de  
 1055 mineração. Mas, para conhecimento dos senhores, uma preocupação nossa,  
 1056 da Associação, dos prefeitos, é a questão dos resíduos sólidos. Isso é  
 1057 permanente. Nós vamos chegar lá adiante a essa questão. Uma outra  
 1058 penalidade que sofremos permanentemente é a questão do tratamento de  
 1059 esgoto sanitário municipal. Mas por que estou intervindo aqui agora na  
 1060 listagem de mineração? Tanto quanto o esgoto, tanto quanto a questão do  
 1061 lixo urbano, os municípios são permanentemente penalizados quando vão lá  
 1062 extrair cascalho e areia de forma indevida, inadequada, para recuperação de  
 1063 estrada vicinal. Não são poucos os municípios que são penalizados, que  
 1064 sofrem as penalidades, justas e devidas, em função de desconhecimento ou  
 1065 descaso com as questões ambientais. Nesse caso aqui, eu pediria aos  
 1066 senhores, aos colegas conselheiros. Eu vou me permitir ler o texto e inserir  
 1067 uma palavra, para avaliação de vocês. O código A-03-01-9, extração de  
 1068 cascalho ou rocha para produção de britas, areia fora da calha dos cursos  
 1069 d’água e demais coleções hídricas para aplicação exclusivamente nas obras

1070 rodoviárias. Aí, eu faço para os senhores da mesa uma pergunta. Quando  
 1071 fala em obras rodoviárias, estrada vicinal é obra rodoviária, é incluído?”  
 1072 Quando se fala no texto para aplicação exclusivamente nas obras  
 1073 rodoviárias, eu lhes pergunto se recuperação de estrada vicinal, chegar lá e  
 1074 jogar um cascalho para que, nesse período de chuva, possa ter o trânsito, é  
 1075 obra rodoviária, é considerado nesse texto como obra rodoviária, essa  
 1076 manutenção de estrada vicinal municipal vicinal?” Rodrigo Ribas,  
 1077 superintendente de Projetos Prioritários/SEMAD: “Senhor presidente, pelo  
 1078 que eu estou entendendo, o conselheiro está pedindo ampliar para aqueles  
 1079 que estão fazendo manutenção de estradas vicinais a classificação no  
 1080 mesmo código. Nós já conversamos a esse respeito hoje mesmo, e nós não  
 1081 vemos impedimento nenhum em fazer essa inserção. O que acontece? Hoje,  
 1082 só existe a possibilidade para quem faz manutenção de estrada vicinal, por  
 1083 exemplo, de fazenda, mesmo que seja estrada de uso municipal, estrada de  
 1084 uso amplo, só existe a possibilidade de inserção no código anterior: extração  
 1085 de areia e cascalho para construção civil. Que é um código voltado para  
 1086 produção econômica, voltado para fins econômicos, aquilo que o DNPM  
 1087 outorga, para dar escoamento econômico. Nesse caso, o que acontece? Não  
 1088 há, realmente, a previsão de utilização de cascalheira, de área de  
 1089 empréstimo, para aqueles outros empreendedores – fazendeiros, por  
 1090 exemplo – que fazem essa manutenção. Nós não vemos nenhum prejuízo  
 1091 em que eles se enquadrem nesse código e sejam licenciados da mesma  
 1092 forma, para usos não econômicos, assim como é estabelecido nesse  
 1093 código.” Conselheiro Licínio Eustáquio Mol Xavier: “Eu vou além, um  
 1094 pouquinho mais. Eu pediria a permissão para incluir a palavra ‘inclusive  
 1095 executadas por entidades da administração pública direta ou indireta  
 1096 municipal, estadual ou federal’. Então, a minha solicitação aos conselheiros é  
 1097 a palavra ‘inclusive’. Porque nem sempre o município faz essa manutenção,  
 1098 até por orientação nossa, da Associação de Municípios, para evitar  
 1099 penalidades futuras, como vinha acontecendo até então. Não tenho o DNPM,  
 1100 uma autorização do Estado, AAF ou uma classe 3, Licença de Operação  
 1101 para extrair o cascalho, e faço de maneira abusiva, intempestiva e sou  
 1102 penalizado. Vai lá o agente fiscalizador e me confisca, inclusive a máquina  
 1103 que está fazendo a extração do cascalho. Esse ‘inclusive’ seria o quê?  
 1104 Faculta ao município a manutenção da estrada de uma forma compartilhada  
 1105 com o município. Teria a possibilidade de terceirizar uma empresa para fazer  
 1106 essa manutenção através da extração do cascalho. Então, a minha  
 1107 solicitação, Dr. Germano, é a palavra ‘inclusive’, porque aí ficam em aberto  
 1108 possibilidades de outras. ‘Eu, prefeito, não vou fazer porque não tenho  
 1109 competência, mas vou terceirizar um outro para fazer tal procedimento’.”  
 1110 Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: “Eu endosso inteiramente a  
 1111 colocação do Dr. Licínio, é um negócio superpertinente. A gente até observa  
 1112 que a variação aqui, pelo parâmetro que conhecemos de engenharia, é mais

1113 de forma de enquadramento dos portes, um por área, outro por volume, e  
 1114 quem não produz comercialmente não vai conseguir calcular volume. Mas,  
 1115 pensando dentro dessa sistemática que ele colocou, eu fiquei com dúvida se  
 1116 não é o caso de, em vez de exatamente obras rodoviárias, obras viárias,  
 1117 para incluir também as vias urbanas do município.” Presidente Germano Luis  
 1118 Gomes Vieira: “Seria o mais o correto, porque o conceito de rodovia, pelo  
 1119 Código de Trânsito Brasileiro, envolve pavimentação.” do recurso.”  
 1120 Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “A primeira questão do  
 1121 Adriano Manetta era o que eu ia falar, eu acho que ‘obras viárias’. Agora, a  
 1122 segunda questão, Licínio, eu só vou fazer uma indagação. Qualquer  
 1123 intervenção em via pública – municipal, estadual ou federal – só pode ser  
 1124 feita com autorização do poder concedente, por ordem do mesmo. Então,  
 1125 ainda que seja um terceiro que faça de forma gratuita, quando ele faz a  
 1126 intervenção, deve ter a ordem do município. Esse ‘inclusive’ eu acho que não  
 1127 teria a necessidade, desde que aquele que vá fazer a intervenção tenha a  
 1128 devida autorização municipal para fazê-la, porque ele está fazendo por conta  
 1129 e ordem do poder público municipal. É só o meu questionamento, porque, às  
 1130 vezes, o que acontece: ao você colocar o ‘inclusive’, você abre a  
 1131 possibilidade para fazer nas vias internas.” Conselheiro Licínio Eustáquio Mol  
 1132 Xavier: “Eu não estou abrindo precedente para atuar com outro agente,  
 1133 compartilhado com o município, atuar naquela atividade, sem as devidas  
 1134 licenças ambientais pertinentes.” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota  
 1135 Tostes: “Sim. O que eu quero dizer é o seguinte. A partir do momento que  
 1136 qualquer um vá atuar em parceria com o município, ele está atuando por  
 1137 conta e ordem do município, nas vias públicas. Ou seja, então, é o ente  
 1138 público que está ali agindo. Ainda que seja um particular que esteja  
 1139 executando, ele está executando por conta, ordem e risco do ente público. A  
 1140 minha preocupação é: na hora em que se coloca isso, abre-se a  
 1141 possibilidade para as vias internas, fora das vias públicas, acrescenta uma  
 1142 abrangência para todas as demais vias.” Conselheiro Licínio Eustáquio Mol  
 1143 Xavier: “Essa é a minha intenção.” Presidente Germano Luis Gomes Vieira:  
 1144 “Eu queria fazer uma outra pergunta. Se for em vias internas, ainda que não  
 1145 sejam fins econômicos, a lógica não seria a mesma? Por isso que o  
 1146 ‘inclusive’ faz sentido.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Eu me  
 1147 somo a essas discussões todas e colocaria ‘inclusive as’. Entendendo que  
 1148 está incluindo nessa coisa o proprietário rural que quer fazer recuperação  
 1149 dentro da propriedade.” Conselheiro Licínio Eustáquio Mol Xavier: “Ok.”  
 1150 Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “Então, vamos ler a proposta,  
 1151 Licínio, que foi consolidada. A-03-01-9, extração de cascalho e rocha para  
 1152 produção de britas, areia fora da calha de cursos d’água e demais coleções  
 1153 hídricas, para aplicação exclusivamente em obras viárias, inclusive as  
 1154 executadas por entidades da administração pública direta e indireta,  
 1155 municipal, estadual e federal ou por elas autorizadas.” Conselheiro Adriano

1156 Nascimento Manetta: “Como agora ficou exemplificativo, eu acho que não  
 1157 cabe ‘por elas autorizadas’.” Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “Eu  
 1158 também penso assim, é um ou outro.” Conselheira Lidianne Carvalho de  
 1159 Campos: “Eu prefiro ao contrário, porque, na maior parte das vezes, essas  
 1160 obras viárias são executadas pela administração pública. A exceção é  
 1161 quando é particular. Então, eu acho que poderia ser ‘executadas por  
 1162 entidades da administração pública direta e indireta, municipal, estadual e  
 1163 federal ou por elas autorizadas’. Tira o ‘inclusive’, porque a maioria das  
 1164 vezes é executada por entidades públicas.” Presidente Germano Luis Gomes  
 1165 Vieira: “Sim, mas o código vai incidir em todas.” Conselheiro Adriano  
 1166 Nascimento Manetta: “Incide em todas e explicita que, para aquelas da  
 1167 administração direta, incide mesmo.” Presidente Germano Luis Gomes  
 1168 Vieira: “Ok, inclusive. Em deliberação. Os conselheiros que são favoráveis à  
 1169 proposta apresentada e lida.” Conselheira Lidianne Carvalho de Campos: “Só  
 1170 a redação. Porque tem um destaque de parâmetro, do governo. Nós  
 1171 apresentamos parecer de vista em conjunto, Setop, Seapa, Secir e  
 1172 Sedectes, em relação ao porte pequeno, passando para a área de jazida de  
 1173 3 hectares. Só gostaria de ressaltar que a gente atende a DN 192/2014, que  
 1174 incluiu essa tipologia na DN 74, que já tem obrigatoriedade de apresentação  
 1175 de um Prad, fazer a recuperação da área depois que nós fazemos a  
 1176 exploração. Assim como teve uma manifestação, não temos fins lucrativos, a  
 1177 nossa exploração é feita para utilização única e exclusivamente naquela  
 1178 rodovia. As áreas são de terceiros, a gente recupera essa área,  
 1179 posteriormente. Geralmente, pegamos área de pastagem para fazer essa  
 1180 exploração e atendemos a vários critérios técnicos e ambientais, como a  
 1181 qualidade do material a ser utilizado, a distância média de transporte desse  
 1182 material, que faz com que tenhamos várias áreas de jazidas para uma  
 1183 mesma implantação ou melhoramento de uma rodovia. E os critérios  
 1184 ambientais, por exemplo, ausência de vegetação é um critério que  
 1185 utilizamos. E acreditamos que aumentar 1 hectare em uma mesma jazida,  
 1186 tendo em vista que não podemos ultrapassar os 5 hectares, esse 1 hectare a  
 1187 mais beneficiaria o aspecto ambiental, porque evitaria uma nova intervenção  
 1188 em uma nova área, novas supressões. Então, se estabelecemos critérios  
 1189 ambientais em uma área para definição, que o órgão ambiental foi lá, fez  
 1190 vistoria e aprovou, seria mais interessante, no nosso ponto de vista, fazer só  
 1191 aquela ali de passagem ou ter que fazer novo movimento do solo, exploração  
 1192 de uma área, mesmo que próxima, só que precisaria de supressão de  
 1193 vegetação que na anterior não precisaria. Então, atenderia o decreto de que  
 1194 não pode ultrapassar os 5 hectares. E acho que na DN que estamos  
 1195 discutindo agora o ponto de vista ambiental é o que deve prevalecer. Atende  
 1196 dessa forma.” Rodrigo Ribas, superintendente de Projetos  
 1197 Prioritários/SEMAD: “Nós não vemos problema em acatar essa alteração. Do  
 1198 ponto de vista técnico do levantamento que nós fizemos, não há nenhum

1199 impedimento.” Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “Então, a proposta é  
1200 ‘3 hectares’. Então, vamos colocar aqui em deliberação o código, a proposta  
1201 final consolidada pelos conselheiros, extração de cascalho e rocha para  
1202 produção de britas, areia fora da calha dos cursos d’água e demais coleções  
1203 hídricas, para aplicação exclusivamente em obras viárias, inclusive as  
1204 executadas por entidades da administração pública direta e indireta,  
1205 municipal, estadual e federal. Para porte pequeno, área da jazida menor ou  
1206 igual a 3 hectares; de 3 hectares até 4 hectares, médio; entre 4 e 5 hectares,  
1207 grande. Em deliberação. Os conselheiros que são favoráveis a essa proposta  
1208 permaneçam como estão. Aprovada, com abstenções do Ministério Público,  
1209 APPA, Ponto Terra e Fetaemg.” Presidente suplente Yuri Rafael de Oliveira  
1210 Trovão: “Vamos colocar em discussão. A mesma observação? Eu acho que  
1211 os esclarecimentos em relação ao texto A-03-02-3 são os mesmos que os  
1212 anteriores e vou colocar em votação. Aqueles conselheiros que estão de  
1213 acordo com a aprovação do texto A-03-02-3, extração de argila usada na  
1214 fabricação de cerâmica vermelha, permaneçam como estão. Aprovado, com  
1215 abstenções do Ministério Público, Ponto Terra e APPA. A-04, extração de  
1216 água mineral ou potável de mesa. A-04-01-4, extração de água mineral ou  
1217 potável de mesa. Em discussão.” Conselheira Isabela Micherif Gudziki: “Com  
1218 relação ao potencial poluidor sobre a água, foi alterado de grande para  
1219 médio, e com isso o potencial poluidor geral foi alterado para pequeno. A  
1220 justificativa da SEMAD para essa alteração foi com relação ao teste de vazão  
1221 realizado pelo DNPM e o acompanhamento feito pelo DNPM e com relação  
1222 ao avanço tecnológico das envasadoras. Então, nós ficamos em dúvida de  
1223 qual a relação que essa justificativa tem com a extração de água mineral,  
1224 com a alteração do potencial poluidor sobre a água da extração.” Rodrigo  
1225 Ribas, superintendente de Projetos Prioritários/SEMAD: “Na verdade, o que  
1226 nós temos que lembrar aqui é que a água, nesse caso, é o bem que está  
1227 sendo extraído, é bem mineral, então, não está sendo impactado, está sendo  
1228 extraído. É como se falássemos que estaremos impactando o minério. Então,  
1229 o que estamos adequando é isso. Ao bem mineral, ao minério que está  
1230 sendo extraído, não há que se falar em potencial poluidor. Então, com essas  
1231 novas tecnologias, que já não tem mais sistemas de disposição de resíduos  
1232 para fora, não há que se falar mais em impacto no bem mineral que está  
1233 sendo extraído pelo produtor.” Presidente suplente Yuri Rafael de Oliveira  
1234 Trovão: “Feitos os esclarecimentos, eu vou colocar em votação a proposta  
1235 feita pela SEMAD. Os conselheiros que estão de acordo permaneçam como  
1236 estão. Os contrários se manifestem. Abstenções do Ministério Público, APPA  
1237 e Ponto Terra. A-05, unidades operacionais em tratamento de mineração,  
1238 inclusive unidades de tratamento de minerais. Código A-05-01-0, unidade de  
1239 tratamento de minerais - UTM, com tratamento a seco. Teve um destaque da  
1240 Ponto Terra. A APPA também tem.” Conselheiro Paulo José de Oliveira: “Eu  
1241 estou retirando o (destaque) da APPA, porque já foi esclarecida a minha

dúvida.” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “O posicionamento do governo é a mesma justificativa?” Presidente suplente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sim.” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “O (destaque) da Ponto Terra é a mesma justificativa.” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “Eu coloco, então, em votação A-05-01-0.” Rodrigo Ribas, superintendente de Projetos Prioritários/SEMAD: “Senhor presidente. Depois da apresentação que foi feita aqui pela representante do Fonasc, nós vimos que nós realmente cometemos um erro, que foi alterar o porte da lavra para 300 mil toneladas como P e não acompanhar o da UTM. Isso foi, na verdade, um equívoco da equipe técnica, e nós queríamos também, da mesma maneira, alterar para os portes de mesma medida acatando a sugestão do Fonasc. É a mesma alteração que foi apresentada em relação ao código de lavra para minério de ferro, exatamente a mesma alteração. Nós estamos adequando a UTM para a mesma medida.” Presidente suplente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “E o potencial poluidor vai ficar o mesmo, não é Rodrigo?” Rodrigo Ribas, superintendente de Projetos Prioritários/SEMAD: “Isso mesmo, sem alteração. O potencial poluidor é o mesmo: M para seco e G para úmido.” Presidente suplente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Conselheiros, então, eu vou colocar em votação o que está descrito no quadro. Os conselheiros que estão de acordo com a descrição do que está no quadro, neste momento, A-05-01, unidade de tratamento de minerais – UTM, com tratamento a seco, porte e capacidade instalada maior ou igual a 300 mil; capacidade instalada maior que 300 mil, menor ou igual a 1,5 milhão e capacidade instalada maior do que 1,5 milhão.” Conselheiro João Carlos de Melo: “Senhor presidente, só um esclarecimento. Todo conceito definido até agora separa a UTM da lavra, ou seja, essa questão de que a lavra produz tanto e a UTM tem que ser a mesma coisa não condiz com a realidade na mineração como um todo. Muitas vezes, se lavra, armazena esse produto, porque isso não tem comércio, e, em um determinado momento, pode até alterar a característica da UTM – minério mais fino, minério mais espesso – em função da demanda do minério, e não especificamente a lavra que se produz aqui vai se beneficiar logo em seguida. Isso eu acho que não pode ser encarado da forma como está sendo definido aqui, de uma forma bem objetiva. Dentro do princípio, toda a questão da UTM e da lavra tem sido avaliado de forma separada, não é uma forma unânime uma coisa como outra. Se não, ficava como está na DN anterior. O objetivo, inclusive, dessa nova formulação, todos nós estamos vendo que é exatamente essa questão de identificação do que é produzido, do que é lavrado, do que é comercializado como um todo, em âmbito geral. Agrupando como está sendo proposto, ou seja, a anterior eu acho que é a válida, porque não se verifica, na realidade, às vezes, de um ano para o outro. É inerente a uma série de atividades, então, não está claro, e vai haver uma série de desinformações no próprio

1285 processo. Estamos aqui para algum esclarecimento que seja necessário.”  
1286 Presidente suplente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu gostaria de ouvir,  
1287 mais uma vez, a equipe em relação a essas últimas colocações.” Rodrigo  
1288 Ribas, superintendente de Projetos Prioritários/SEMAD: “Senhor presidente,  
1289 a equipe entende que o potencial poluidor da UTM, a forma de implantação e  
1290 a forma de operação geram impactos e têm potenciais de impactos  
1291 diferenciados da lavra. Disso nós não temos nenhuma dúvida, tanto é que  
1292 nós separamos, de fato, a lavra da unidade de tratamento. No entanto, o  
1293 enquadramento em relação ao porte, como foi dito já pelo Malard, diz  
1294 respeito a uma série de fatores, inclusive o da experiência do dia a dia,  
1295 inclusive dos enquadramentos que vêm sendo feitos em relação ao Siam.  
1296 Nós acatamos a manutenção dos portes em relação à lavra. Só se trabalha,  
1297 só se trata minério que é lavrado, e, por consequência, nós entendemos que  
1298 a adequação também de estabelecer os portes de tratamento aos daquela  
1299 lavra que foi licenciada. O que não quer dizer que os impactos vão ser iguais,  
1300 acontecer no mesmo momento, no mesmo espaço nem no mesmo tempo.  
1301 Aqui nós não estamos falando mais de potencial poluidor, nós estamos  
1302 falando, exclusivamente, de enquadramento de porte.” Conselheiro João  
1303 Carlos de Melo: “Senhor presidente, só complementando a informação, eu  
1304 gostaria de prestar mais um esclarecimento. Frente de lavra, no tratamento  
1305 do minério de ferro, tem uma série de características inerentes ao próprio  
1306 minério. Às vezes, em uma frente tem uma determinada composição de  
1307 magnetita e outros componentes específicos do minério de ferro, e outras,  
1308 não. Consequentemente, muitas vezes, em função da UTM, em função da  
1309 demanda exterior e da demanda do próprio mercado interno, tem que se  
1310 trabalhar, às vezes, naquela especificidade que o mercado exige.  
1311 Consequentemente, isso pode ser maior ou menor. Daí essa variação que foi  
1312 proposta, como já citamos anteriormente. Eu acho que deveria ser mantida  
1313 da mesma forma, separar a UTM da lavra como um todo. E mais um detalhe:  
1314 uma UTM pode receber minério de outras frentes de lavra também, de outras  
1315 lavras, de outra mina como um todo.” Presidente suplente Yuri Rafael de  
1316 Oliveira Trovão: “Conselheiro, eu só vou pedir para o senhor especificar o  
1317 questionamento, bem específico.” Conselheiro João Carlos de Melo: “É  
1318 manter o valor que estava anteriormente, uma vez que há toda uma  
1319 modalidade diferenciada da própria dinâmica da última DN 74/2004, da  
1320 dinâmica atual. É diferente. A demanda de mercado é diferente. Então,  
1321 manter como está.” Presidente suplente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:  
1322 “Nesse aspecto, eu acho que a equipe já respondeu em relação a esse  
1323 ponto.” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “Eu só vou fazer uma  
1324 observação em relação ao procedimento de votação e com relação ao  
1325 Regimento. Só atentar à Presidência. O senhor tinha aberto o processo de  
1326 votação e retornou ao esclarecimento. Não tem impedimento nenhum, eu  
1327 acho que está certo, eu acho que nós estamos aqui discutindo a DN. Eu só

gostaria que, caso ocorresse em casos semelhantes nos próximos itens de pauta ou na próxima discussão, houvesse o mesmo tratamento em relação.”

Presidente suplente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu vou esclarecer, conselheiro. Na realidade, eu estava abrindo a votação, mas eu estava de costas para o conselheiro e não vi a manifestação dele levantando a mão. Então, foi um erro meu, não que eu tinha colocado em votação. Porque eu estava lendo o quadro e estava de costas para ele. Então, por isso eu não vi. Como eu não vi, como estava sendo um erro da Presidência, eu voltei à discussão. É porque eu não tinha visto. Se caso eu não ver novamente um dos conselheiros, ao levantar a mão e se tiver levantado a mão antes do momento em que eu coloquei em votação, vocês podem ter certeza de que nós vamos voltar à discussão. Caso contrário, se eu já tivesse iniciado a votação olhando todos os senhores, eu não teria retornado a votação, iria obedecer ao Regimento Interno. Voltando, já olhei, não tem ninguém levantando a mão para mim. Vou colocar em votação o que está descrito no quadro. A-05-01-0, unidade de tratamento de minerais - UTM com tratamento a seco, porte, capacidade instalada maior ou igual a 300 mil; capacidade instalada maior do que 300 mil; e maior ou igual a um 1,5 milhão; capacidade maior do que 1,5 milhão. Em votação. Os conselheiros que estão de acordo permaneçam como estão. Os contrários se manifestem. Abstenção, Setop.”

Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: “Voto contrário, pela manutenção como foi apresentado na proposta que chegou à reunião: 600 mil e 3 milhões, pelas razões expostas pelo conselheiro João Carlos.”

Conselheira Denise Bernardes Couto: “Voto contrário, da mesma forma explanada pelo representante da Câmara do Mercado Imobiliário.”

Conselheiro João Carlos de Melo: “Senhor presidente, se a proposta é nossa, eu sou contra, continuo com a nossa proposta.”

Presidente suplente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Abstenções do Ministério Público, APPA, Ponto Terra e Fetaemg. Cinco abstenções, três votos contrários. Aprovado. A-05-02-0, unidade de tratamento de minerais – UTM, com tratamento a úmido.”

Conselheira Denise Bernardes Couto: “O nosso destaque, no caso, do Ibram, Fiemg e Câmara do Mercado Imobiliário, foi na alteração do potencial poluidor/degradador. Seria, para o Ar, G; Água, M; Solo, M; e Geral, M também. A justificativa é que nós entendemos que a instalação da UTM, sendo por tratamento a úmido ou a seco seria a mesma, considerando também a intervenção no solo, não havendo razão para diferenciação. Senhor presidente, se for possível, eu também gostaria de ouvir, no caso, o setor interessado – e, depois, a Supram – aqui na pessoa da Cristiane.”

Conselheiro João Carlos de Melo: “Senhor presidente, senhoras conselheiras, senhores conselheiros, a intenção desse propósito o que é? Tanto o tratamento a úmido como a seco nós estamos fazendo referência à unidade em si. Porque a unidade Água quando é tratamento a úmido não quer dizer que haja impacto maior ou menor, é simplesmente no



beneficiamento do minério, uma vez que esse minério exige uma utilização de água, e essa água vai ser reciclada em todo o processo. Não há inovação, não há disposição dessa água em um efluente. Pelo contrário, mantém exatamente os mesmos termos da situação do tratamento a seco. Consequentemente, a intenção nossa seria que tanto a úmido quanto a seco o procedimento é o mesmo. Pode haver alguma questão inerente aos aspectos de potencial poluidor, mas isso é outra situação. Ou seja, quando se compara minério a seco, minério a úmido de algumas tipificações minerais, como o níquel e outras coisas mais, o potencial poluidor pode ser elevado, mas, quando se considera o número de unidades em produção específica desses possíveis potenciais poluidores mais elevados, são uma ou duas unidades no Estado. Ou seja, nós estamos trazendo aquela minoria que existe para o contexto geral. Consequentemente, mais de 90%, 95% das unidades de tratamento a seco e a úmido as características são as mesmas. Isso não há interferência. Exceto quando se compara isso sobre a questão do potencial poluidor, em que, de uma forma ou de outra, a avaliação, como vem sendo citado, é diferente do que vinha se praticando até então. Quando se compara níquel, ouro ou qualquer outra atividade dessa, consequentemente, o potencial é mais elevado. E sem dúvida a análise vai ser mais detalhada. Agora, no caso específico da UTM, a seco e úmido, o procedimento é o mesmo para mais de 95% da tipificação minerária existente no Estado.” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “Eu queria só pedir à equipe técnica que faça o reenquadramento do porte da mesma forma como foi feito na UTM a tratamento a seco, para que haja, pelo menos, coerência, pelas mesmas justificativas apresentadas pela equipe técnica.” Luciano Junqueira/FEAM: “Senhores conselheiros, no que diz respeito ao potencial poluidor, nós entendemos que a proposta inicial da SEMAD deve ser mantida, considerando que a UTM a úmido processa e pode processar produtos perigosos e gerar resíduos perigosos. Quando estamos falando de utilização de recurso hídrico, não somente o consumo, mas também o conceito de potencial poluidor, nós temos que avaliar que não necessariamente nós vamos ter uma medida de controle implantada. E no caso da UTM a úmida é gerado um efluente que, no caso, é o efluente ou rejeito, com grande potencial de contaminação. Por isso, entendemos que seja mais adequada a manutenção do potencial poluidor geral G.” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “Só mais uma indagação para a equipe técnica, para me esclarecer. Uma das UTMs da qual eu tenho conhecimento, instalada aqui na região metropolitana de Belo Horizonte, descendo a BR-356, à esquerda, na divisa de Itabirito com Nova Lima. Uma grande UTM, inclusive, instalada ali. Aquilo é a seco ou a úmido? Eu não sei se é a seco ou a úmido. A minha dúvida é por quê? Porque há uma grande geração de poeira por parte daquela estrutura ali, inclusive me parece que tem até estrutura de filtros nas chaminés, uma estrutura de monitoramento

1414 no entorno daquela estrutura, seja de poluição atmosférica. Aí a minha  
1415 dúvida é: sendo aquela estrutura a úmido, aí vocês colocaram aqui potencial  
1416 poluidor/degradador do Ar, pequeno, e uma das alegações do Antônio é o  
1417 nível de equipamentos que se colocam para conter as emissões  
1418 atmosféricas advindas de uma determinada atividade, e tendo aquela  
1419 atividade, inclusive, controle rigoroso de emissões. E me parece que já foi  
1420 autuada por parte da SEMAD em razão disso. Sendo aquilo uma UTM a  
1421 úmido, eu gostaria de entender por que se colocou. Eu estou citando só  
1422 como exemplo, e imagino que se pode replicar nas demais, a questão do ar  
1423 como P.” Cristiane Malheiros/Sindiextra: “Eu queria esclarecer o seguinte.  
1424 Que a nossa solicitação é porque, como todas as atividades desenvolvidas  
1425 em uma mina estão sendo classificadas separadamente, somente a  
1426 construção dessa UTM, dessa usina, o impacto no solo é igualzinho de uma  
1427 usina a seco, não tem diferença nenhuma. A destinação do resíduo é  
1428 analisada totalmente separada. No caso, como é uma usina a úmido, seria o  
1429 rejeito, então, aí seria análise da barragem e não mais dá o UTM  
1430 exatamente. Por isso, a nossa sugestão de que fosse o Solo M. Essa é a  
1431 nossa justificativa.” Luciano Junqueira/FEAM: “Primeiro, em função da  
1432 explanação da Cristiane, não são somente os impactos da instalação, mas  
1433 também os da operação. No conceito de potencial poluidor, para o item  
1434 Água, mais especificamente, a barragem de rejeito não pode ser entendida  
1435 como uma medida de controle da UTM. Nós estamos falando de potencial. E  
1436 caso não exista a barragem de rejeito? O potencial de contaminação de  
1437 poluição estaria ali, de qualquer forma, presente. Conselheiro Tostes, eu não  
1438 consegui identificar de qual estrutura o senhor está falando, mas,  
1439 normalmente, as UTM's de grandes empreendimentos são a seco e a úmido.  
1440 Nesse caso, o empreendedor, quando for fazer o processo de regularização  
1441 ambiental, vai listar os dois códigos e vai ser enquadrado naquele de maior  
1442 potencial poluidor. A UTM a úmido geralmente não gera emissões  
1443 particuladas, as emissões vêm das UTM's a seco.” Presidente suplente Yuri  
1444 Rafael de Oliveira Trovão: “Eu só queria que a equipe esclarecesse. Nós  
1445 temos uma divergência entre o que está disponibilizado para os senhores na  
1446 lista e no quadro.” Rodrigo Ribas, superintendente de Projetos  
1447 Prioritários/SEMAD: “Senhor presidente, é o mesmo destaque que foi,  
1448 inclusive, reforçado pelo conselheiro Gustavo Tostes, de fazer alteração dos  
1449 portes para adequação.” Presidente suplente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:  
1450 “Ok. Então, nós vamos colocar o que está disposto no quadro. Eu vou  
1451 colocar em votação. A-05-02-0, unidade tratamento - UTM, com tratamento a  
1452 úmido, porte e potencial poluidor: Água, P; Ar, G; Solo, G; porte: capacidade  
1453 instalada maior que 300; capacidade instalada: Médio, 300 mil a 1,5 milhão;  
1454 e capacidade instalada acima de 1,5 milhão. Em votação. Os senhores  
1455 conselheiros que estão de acordo permaneçam como estão. Os contrários se  
1456 manifestem.” Conselheira Lidiane Carvalho de Campos: “Abstenção, Setop.”

1457 Conselheira Juliana Pereira da Cunha: “Contrário, Seapa, pela justificativas  
 1458 do conselheiro do Ibram.” Conselheiro João Carlos de Melo: “Como já  
 1459 havíamos comunicado inicialmente, as situações são divergentes, ou seja,  
 1460 mais uma vez, nós permanecemos com o mesmo objetivo. Ou seja, se há  
 1461 uma definição para UTM e já foi separada a classificação de UTM. A função  
 1462 da barragem é exatamente contenção de rejeito e tudo o mais. Nós  
 1463 continuamos com a mesma proposta inicial, uma vez que já foi apresentado  
 1464 o entendimento nosso. Na área mais específica de mineração, nada tem a  
 1465 ver o que está se propondo sobre essa diferenciação.” Conselheira Denise  
 1466 Bernardes Couto: “Voto contrário, de acordo com as exposições do Ibram, o  
 1467 exposto no parecer de vista e também pela Cristiane Malheiros.” Conselheiro  
 1468 Adriano Nascimento Manetta: “Voto contrário nos termos do parecer de vista  
 1469 e também pela manutenção dos portes de 600 mil e 3 milhões, nos mesmos  
 1470 termos da discussão do item anterior.” Presidente suplente Yuri Rafael de  
 1471 Oliveira Trovão: “Abstenções do Crea, Ministério Público e APPA.”  
 1472 Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Eu voto contrário.” Presidente  
 1473 suplente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então, nós tivemos quatro votos  
 1474 contrários, três abstenções. Só justifique, conselheiro.” Conselheiro Carlos  
 1475 Alberto Santos Oliveira: “Nos termos do parecer de vista e pela exposição da  
 1476 representante do Sindixtra.” Presidente suplente Yuri Rafael de Oliveira  
 1477 Trovão: “Ok. Aprovado, com cinco votos contrários e três abstenções. A-05-  
 1478 03-7, barragem de contenção de resíduos ou rejeitos de mineração. Nós não  
 1479 temos nenhuma observação em relação a esse ponto. Coloco em discussão.  
 1480 Não havendo discussão, em votação. Os conselheiros que estão de acordo  
 1481 permaneçam como estão. Aprovado, com abstenção do Ministério Público.  
 1482 A-05-04-5, pilhas de rejeito de estéril. Em discussão. Nós temos a  
 1483 manifestação do Ibram.” Conselheiro João Carlos de Melo: “Senhor  
 1484 presidente, senhoras conselheiras, senhores conselheiros, a proposta inicial,  
 1485 como já foi comentada inicialmente, tem essa questão do empilhamento  
 1486 drenado. Eu acho que isso aqui já está acertado, inclusive junto com a FEAM  
 1487 e a SEMAD, de que seria retirado e discutido posteriormente. Eu acho que  
 1488 seria votado à parte ou podemos continuar?” Conselheiro Gustavo Henrique  
 1489 Wykrota Tostes: “Eu gostaria de esclarecimento da equipe técnica em  
 1490 relação a pilha rejeito por que a questão do potencial poluidor/degradador Ar  
 1491 foi considerada P. Se há uma grande emissão de particulados quando da  
 1492 movimentação das pilhas de estéril, inclusive adotando-se a questão dos  
 1493 ‘rivol’ para poder fazer a medição desses particulados em torno desses  
 1494 empreendimentos com pilha de estéril. E é uma operação conjugada com a  
 1495 lavra. Então, eu só não entendi o porquê do P. Se eu puder ser esclarecido  
 1496 disso, eu ficaria muito honrado.” Rodrigo Ribas, superintendente de Projetos  
 1497 Prioritários/SEMAD: “Senhor presidente, primeiro, esclarecendo. A proposta  
 1498 do Ibram, na verdade, é de inserção de um novo código, não se confunde  
 1499 com a votação desse código que está em discussão neste momento. Abriu

1500 mão? Nós entendemos a manutenção de um código de pilha de resíduo e  
1501 rejeito sem empilhamento drenado, para minério de ferro. O que nós  
1502 entendemos da proposta que nos chegou foi isso. É isso que nós queremos  
1503 discutir, se for o caso.” Conselheiro João Carlos de Melo: “É isso mesmo.”  
1504 Rodrigo Ribas, superintendente de Projetos Prioritários/SEMAD: “Então, isso  
1505 é a inclusão de um novo código. A pergunta do conselheiro Gustavo, que diz  
1506 respeito ao componente Ar, conselheiro Gustavo, é importante o senhor  
1507 entender que a pilha é a vida dela inteira, e o Ar tem também ruídos e  
1508 vibrações. Então, quando se faz o cotejamento dos impactos gerados por  
1509 emissão de particulados, ruídos mais vibrações e sem contar que a pilha, na  
1510 verdade, não é constantemente movimentada, o que se quer da pilha é que  
1511 ela seja o mais fixo possível, o mais firme possível, embora não seja o tempo  
1512 todo movimentada... Então, uma vez depois de instalada, elimina isso, ela é  
1513 reconformada e vegetada, então, deixa de emitir qualquer particulado. Por  
1514 isso que foi feito.” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “Então, ou  
1515 seja, o processo de constituição da pilha não está sendo avaliado?” Rodrigo  
1516 Ribas, superintendente de Projetos Prioritários/SEMAD: “Sim. Como impacto  
1517 ambiental e não como potencial poluidor. São dois conceitos ligeiramente  
1518 distintos. O potencial poluidor da pilha em si é baixo, o impacto gerado.”  
1519 Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “Pela implantação da pilha.”  
1520 Rodrigo Ribas, superintendente de Projetos Prioritários/SEMAD: “Pela  
1521 implantação da pilha. E aí nós temos que lembrar o seguinte. Nós temos o  
1522 impacto da lavra, do transporte, da implantação da pilha, da operação.  
1523 Então, são impactos ambientais que são analisados no processo de  
1524 licenciamento. O potencial poluidor da pilha é que foi considerado baixo para  
1525 o Ar.” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “Depois de ela  
1526 implantada.” Rodrigo Ribas, superintendente de Projetos Prioritários/SEMAD:  
1527 “A vida inteira, o potencial poluidor.” Presidente suplente Yuri Rafael de  
1528 Oliveira Trovão: “Ok. Tem essa proposta, e o senhor vai fazer a proposta de  
1529 um novo código. Seria isso. Então, nós poderíamos deixar essa proposta do  
1530 senhor por último. Depois que a gente trabalhar todos os códigos, o senhor  
1531 me lembra. Pode ser colocado depois? Então, está bom. Então, eu vou  
1532 colocar em votação. A-05-04-5, pilhas de rejeito e estéril. Os conselheiros  
1533 que estão de acordo com o que foi exposto no quadro permaneçam como  
1534 estão e os contrários se manifestem. Abstenção do Ministério Público.  
1535 Aprovado. Agora, tem a proposta do senhor, que a equipe está achando por  
1536 bem discuti-la neste momento.” Conselheiro João Carlos de Melo: “É  
1537 exatamente a proposta que foi apresentada, avaliada, desde o princípio. É  
1538 exatamente essa mesma, perfeito.” Rodrigo Ribas, superintendente de  
1539 Projetos Prioritários/SEMAD: “Senhor presidente, nós achamos por bem  
1540 acatar a proposta sem o empilhamento drenado, como foi proposto aqui pelo  
1541 Ibram. Além dos motivos já explanados por ele, também para que haja um  
1542 reforço positivo para que os sistemas de disposição de rejeitos da operação

1543 de minério de ferro sejam cada vez menos barragens e cada vez mais  
 1544 sistemas de pilha.” Presidente suplente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok.  
 1545 Os senhores entenderam? Nós estávamos discutindo uma proposta, e houve  
 1546 uma proposta alternativa de um novo código, pelo Ibram. A equipe está  
 1547 concordando, então, eu vou colocar em votação a proposta de inclusão de  
 1548 um novo.” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “Eu gostaria só de  
 1549 uma justificativa da equipe. Porque a pilha de estéril sem empilhamento  
 1550 drenado, o Ar é P; a pilha de estéril com empilhamento drenado, a questão  
 1551 do potencial poluidor do Ar é M. Foi retirada a proposta? Porque estava  
 1552 sendo colocada em votação.” Presidente suplente Yuri Rafael de Oliveira  
 1553 Trovão: “Eu estou colocando em votação a proposta do Ibram.” Conselheiro  
 1554 Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “Continua a mesma coisa. Eu só gostaria  
 1555 de entender. A equipe concorda com a pilha de estéril, que Ar é P. Eu só  
 1556 gostaria de entender a coerência. Na pilha de estéril anterior, você fez uma  
 1557 justificativa, que é P. Eu entendi, inclusive, votei favorável. Nessa agora, o  
 1558 senhor concordou plenamente com o que está aqui, a equipe técnica  
 1559 concordou plenamente, sem ressalva. Até a minha manifestação. Nesse  
 1560 caso, o Ar é M. A minha pergunta é: essa pilha de estéril aqui é diferente da  
 1561 outra pilha de estéril em relação ao Ar, ao atributo Ar? E por quê? Porque  
 1562 vocês concordaram com o que foi apresentado.” Conselheira Denise  
 1563 Bernardes Couto: “Sem empilhamento drenado, que vai ser um novo código.  
 1564 Para minério de ferro.” Raissa Dias de Freitas/SEMAD: “Tinha uma proposta  
 1565 de inclusão de um código pelo Ibram. Proposta original: pilhas de rejeito e  
 1566 estéril e empilhamento drenado com M, M, G e M. Aí, nós estamos jogando,  
 1567 ao final, com a nova numeração que já seria a proposta que seria  
 1568 encampada pela SEMAD: pilhas de rejeito e estéril, minério de ferro. Seria a  
 1569 inclusão do código A-05-04-7.” Presidente suplente Yuri Rafael de Oliveira  
 1570 Trovão: “Aí, nós já estamos fazendo alteração do Ar, que é justamente o  
 1571 questionamento do conselheiro. Anteriormente, na proposta do Ibram, estava  
 1572 M, agora, pela equipe, está colocando P. Ou seja, está de acordo com o que  
 1573 foi no código anterior.” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “Só  
 1574 se o senhor está mudando a posição da equipe, senhor presidente. Não foi o  
 1575 que a equipe definiu. Tanto o P do Ar quanto o M da Água. Foi o que eles  
 1576 concordaram com a proposta do Ibram. Eles podem até mudar de ideia. O  
 1577 senhor está falando pela equipe técnica? O senhor, como presidente da  
 1578 mesa, está falando pela equipe técnica.” Presidente suplente Yuri Rafael de  
 1579 Oliveira Trovão: “Eu estou falando que aquela proposição veio da mesa  
 1580 técnica. Se a proposição veio da mesa técnica, é porque a proposta está  
 1581 saindo de lá. Mas, de qualquer forma, eu vou abrir a palavra para os  
 1582 esclarecimentos.” Rodrigo Ribas, superintendente de Projetos  
 1583 Prioritários/SEMAD: “Em primeiro lugar, conselheiro, peço desculpas por ter  
 1584 tentado interromper o senhor. Realmente, foi uma grosseria da minha parte,  
 1585 e vou me policiar para que isso não aconteça mais. Em segundo lugar, o

1586 senhor tem razão, nós também cometemos equívoco. Nós não percebemos  
 1587 que estava aqui, porque nós vimos, no final, que o potencial poluidor era M,  
 1588 conforme a outra, e não percebemos essa discrepância. O senhor tem razão,  
 1589 o potencial poluidor do Ar dessa pilha também é P. Nós já alteramos, já  
 1590 adequamos para o mesmo potencial poluidor da outra pilha com relação ao  
 1591 Ar.” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “E em relação a Água?  
 1592 Por que essa é M e a outra é G? Se você puder, por favor, esclarecer.”  
 1593 Luciano Junqueira/FEAM: “No código anterior, tem as pilhas de diversos  
 1594 tipos de minerais, extração de zinco, de níquel, de ouro, inclusive,  
 1595 substâncias que, quando expostas às intempéries, podem gerar desastres ou  
 1596 carreamentos de alguns contaminantes, o que não seria o caso do minério  
 1597 de ferro. Por esse motivo, o potencial poluidor da água seria reduzido em  
 1598 relação aos demais.” Conselheiro João Carlos de Melo: “Eu só queria  
 1599 esclarecer, senhor presidente, aqui é específico para minério de ferro,  
 1600 exatamente complementando a informação prestada pela mesa técnica.”  
 1601 Presidente suplente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Dados os debates,  
 1602 eu acho que já estamos aptos a votar. Coloco em votação A-05-04-7, pilhas  
 1603 de rejeito e estéril, minério de ferro, conforme a descrição que está no  
 1604 quadro. Os conselheiros que estão de acordo permaneçam como estão, os  
 1605 contrários se manifestem. Abstenções Ministério Público, APP, Ponto Terra e  
 1606 UFFV. Aprovado.” Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “Próximo código,  
 1607 A-05-04-6, pilha de rejeito e estéril de rochas ornamentais e de revestimento.  
 1608 Pela SEMAD, com a aquiescência da equipe técnica, mantém-se a mesma  
 1609 proposta apresentada, com os mesmos argumentos. E pela ONG Ponto  
 1610 Terra a mesma justificativa para o critério geral G. De acordo, Gustavo?”  
 1611 Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “Sim.” Conselheira Isabela  
 1612 Micherif Gudzuki: “Com relação ao porte, na DN 74, está como porte pequeno  
 1613 a área de 1 hectare, e agora elevou para 2 hectares. E a justificativa seria  
 1614 que a adequação do porte da pilha visa ajustar esses parâmetros de modo  
 1615 que o pequeno minerador de quartzito não tenha seu porte elevado pela  
 1616 pilha. Mas aí a dúvida é a seguinte. Pareceu mais que foi em razão de  
 1617 enquadrar um licenciamento menos rigoroso, que foi alterado, do que alguma  
 1618 justificativa técnica. Eu não consegui ver isso como uma justificativa técnica,  
 1619 então, queria pedir aos técnicos essa explicação, por favor.” César Augusto  
 1620 Fonseca e Cruz/SEMAD: “Conselheira, no caso, como está na própria  
 1621 justificativa, tem uma taxa de recuperação desses minérios bastante variável.  
 1622 Então, foi uma proposta técnica de modo a equalizar isso, não penalizar um  
 1623 minerador de quartzito em detrimento de um minério que tem maior taxa de  
 1624 recuperação e, conseqüentemente, menos pilha. Isso não implica,  
 1625 necessariamente, que os impactos ambientais vão ser avaliados de uma  
 1626 forma não criteriosa em função do tamanho dessa área dessa pilha. O  
 1627 impacto ambiental vai ser avaliado, sim, independentemente da forma como  
 1628 vai estar sendo licenciado, durante uma fiscalização, durante o seu próprio

ato de regularização. Aqui é uma questão mais de enquadramento para que consigamos ajustar o setor em si dentro de um de fator de porte que pode afetar minerações com diferentes taxas de recuperação.” Rodrigo Ribas, superintendente de Projetos Prioritários/SEMAD: “De uma maneira em geral – e aí vale para essas pilhas de rochas ornamentais, mas vale para as outras –, o que nós buscamos em todos os momentos foi fazer uma equalização entre aquilo que se lavra e aquilo que se produz em termos de resíduos e rejeitos. Então, nós tentamos, assim como na UTM, adequar o que se produz de resíduo das rochas ornamentais – que, na sua maioria, na sua totalidade, são rochas estéreis, não geram dano – à produção mineral que está licenciada no Estado de Minas Gerais. Mas isso como critério geral para todas as minerações.” Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “Esclarecido, conselheiro? Ok, então, em deliberação. Os conselheiros que são favoráveis à proposta tal como foi apresentada pela SEMAD permaneçam como estão. Aprovada, com abstenções MP, APPA e Ponto Terra. Próximo código é o A-05-05-3, estrada para transporte de minério e estéril externa aos limites de empreendimentos minerários. Pela SEMAD, sustenta-se a mesma argumentação, a mesma justificativa, e pela Ponto Terra, porte G, mantém-se a justificativa da precaução.” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “Sim.” Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “Em deliberação. Os conselheiros que são favoráveis à aprovação da proposta do A-05-05-3 permaneçam como estão. Aprovada, com abstenção MP, APPA e Ponto Terra. Próximo código, A-05-06-2, disposição de estéril ou rejeito inerte e não inerte de mineração, classes 2A e 2B, segundo NBR 2004, em cava de mina em caráter temporário ou definitivo, sem necessidade de construção de barramento para contenção. Pela SEMAD, com aquiescência da equipe técnica, a mesma argumentação.” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “Eu gostaria de um esclarecimento por parte da equipe técnica, só para que eu entenda, porque eu acho que tem algumas coisas que eu acho que não têm muita coerência. Qual a diferença para o potencial do atributo Ar de dispor o rejeito em pilha ou em cava? Qual que é a diferença para o atributo Água e qual a diferença para o atributo Solo? Só para que eu entenda e que mantenha-se um padrão de coerência. Uma está empilhando para fora da terra, outra está empilhando dentro de um buraco. Mas está empilhando terra do mesmo jeito. Eu só gostaria de entender qual é essa diferença. Vocês têm uma proposta aqui com avaliações diferentes. Se existir argumentação técnica por parte dos senhores, eu gostaria de ouvir, por favor.” Rodrigo Ribas, superintendente de Projetos Prioritários/SEMAD: “Nós podemos fazer a discussão, mas esse foi um item que nós não alteramos. Esse item foi inserido há pouco tempo. Eu não vou lembrar o número da DN que inseriu a disposição temporária de rejeitos em cava. Eu imagino que esses parâmetros tenham sido discutidos pela própria CNR, que aprovou a DN. Nós não fizemos essa discussão para trazer aqui porque ela

foi mantida de uma inserção recente. Eu, realmente, não sei de cabeça o número da DN.” Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “Eu também não, mas lembro de que nós participamos. Foi uma proposta que veio justamente para fazer disposição em cava. Foi entendido que seria até, do ponto de vista ambiental, com mais êxito e eficiência do que em barragem.” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “Senhor presidente, independente de ter sido discutido em outra DN, eu acho que o item está sendo discutido nesta reunião, eu acho que é um momento oportuno para que se prestem os esclarecimentos. E me causa estranheza. Até aonde a equipe técnica puder esclarecer. Quando se faz uma pilha – nós aprovamos os dois itens anteriores –, tem o solo, e empilha a terra acima do solo. Quando tem uma cava, tem um buraco e empilha terra dentro do buraco. O atributo água, que foi colocado aqui, nesse caso, como G, eu entendo que até pertinente, porque ter o lençol aberto pela cava. Agora, para os outros atributos, que são o Solo e o Ar, eu acho que é uma incoerência, em razão daquilo que foi discutido anteriormente. Já que a proposta deles é manter isso do jeito que está, eu acho que seria interessante que houvesse uma justificativa técnica que respaldasse o posicionamento deles, e, se possível, esclarecer o meu questionamento.” Rodrigo Ribas, superintendente de Projetos Prioritários/SEMAD: “Senhor conselheiro, do ponto de vista do Ar, eu acho que o senhor tem razão, eu acho que nós podemos fazer revisão e baixar o potencial poluidor do Ar para P, sem nenhum problema. Não vemos impedimento nenhum em relação a isso. Em relação a Água e Solo, o que explica é a possibilidade de disposição de rejeito de inertes e não inertes. Uma vez que podemos dispor inertes, temos contato com o solo e possível exposição do lençol freático. Então, o potencial poluidor é um pouco maior. Quando falamos em contato com a água, maior, G, sem dúvida, e o contato com o solo, relativo, uma vez que está em cava confinada, que nós estamos dispondo em área que foi alterada e que não tem a mesma permeabilidade normal de um solo. Estamos falando em rocha. Por isso que foram mantidos esses valores. Mas, em relação ao Ar, eu acho que não tem problema rebaixar para P.” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “E você não acha prudente, em relação ao Solo, aumentar para G.” Rodrigo Ribas, superintendente de Projetos Prioritários/SEMAD: “Não, nós estamos tratando de área impactada.” Conselheiro João Carlos de Melo: “O que se entende por solo? É aquela camada superficial que foi deteriorada. Se nós estamos falando em cava, é o subsolo, camada 3 ou 4 ou 5, horizonte C ou B. Não existe solo em uma situação dessa. Praticamente, quando se faz uma lavra, há um decapeamento, e isso é solo. Quando inicia o processo de mineração, o processo de lavra em determinados pontos, o que se aflora é a rocha de origem, não tem solo em uma região dessa. Então, quando se fala em solo.” Rodrigo Ribas, superintendente de Projetos Prioritários/SEMAD: “Senhor presidente, só para complementar, quando falamos do fator Solo, estamos



1715 falando dos meios físico, biótico e socioeconômico da análise, assim como  
 1716 foi feito na apresentação. O que nós estamos falando? Na composição de  
 1717 possibilidades de impactos, de potenciais impactos nos meios físico, biótico e  
 1718 socioeconômico, o socioeconômico e o biótico não se encontram mais com  
 1719 possibilidade de impacto uma vez que já não estão presentes lá. O  
 1720 socioeconômico não está na área de cava, o biótico já foi retirado. Quando o  
 1721 senhor está falando de solo, solo edáfico ou solo pedológico, o senhor tem  
 1722 razão. Mas, nesse caso aqui, nós temos a possibilidade de contaminação até  
 1723 mesmo daquela rocha. Mas é uma possibilidade remota ainda, pelo que o  
 1724 senhor explicou, realmente. Então, há um impacto no meio físico que não  
 1725 tem uma ordem de grandeza que sugira um potencial poluidor G, mas  
 1726 também não tem uma ordem de grandeza tão pequena que não permita que  
 1727 façamos um controle ambiental um pouco maior disso. É só essa que é a  
 1728 relação do M, nesse caso.” Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “A  
 1729 proposta, por coerência com as demais, foi justamente a manutenção dos  
 1730 códigos conforme já estavam em vigor. Mas eu pergunto ao conselheiro se  
 1731 faz a proposta de mudar o Ar para P ou se mantemos a proposta original da  
 1732 SEMAD em deliberação.” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes:  
 1733 “Eu não fiz proposta nenhuma, eu só fiz um pedido de esclarecimento. A  
 1734 minha proposta está definida em relação ao item G.” Presidente Germano  
 1735 Luis Gomes Vieira: “Então, nós vamos manter a proposta da SEMAD, de  
 1736 manutenção do código conforme está em vigor, em deliberação. Os  
 1737 conselheiros que são favoráveis à manutenção da proposta conforme já  
 1738 estava permaneçam como estão. Aprovada, com abstenções do MP, APPA,  
 1739 Ponto Terra e Fetaemg. Próximo código, A-05-08-4, reaproveitamento de  
 1740 minerais metálicos dispostos em pilha de estéril ou rejeito. Pela SEMAD, com  
 1741 aquiescência da equipe técnica, mesma argumentação. E pela Ponto Terra?”  
 1742 Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “Mesma argumentação.”  
 1743 Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “Em deliberação. Os conselheiros  
 1744 que são favoráveis à aprovação da proposta permaneçam como estão.  
 1745 Aprovada, com abstenções Ponto Terra, APPA e Ministério Público. Próximo  
 1746 código, A-05-09-5, reaproveitamento de bens minerais dispostos em  
 1747 barragem. Pela SEMAD, com aquiescência da equipe técnica, a mesma  
 1748 argumentação. Pela Ponto Terra?” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota  
 1749 Tostes: “Mantém a mesma argumentação.” Presidente Germano Luis Gomes  
 1750 Vieira: “Em deliberação. Os conselheiros que são favoráveis à aprovação da  
 1751 proposta permaneçam como estão. Aprovada, com abstenções do MP,  
 1752 APPA e Ponto Terra. Próximo código, dentro do tipo A-06, exploração e  
 1753 extração de gás natural ou de petróleo. Código A-06-01-1, prospecção de  
 1754 gás natural ou de petróleo, levantamentos geofísicos, sísmica. Pela SEMAD,  
 1755 com aquiescência da equipe técnica, a mesma argumentação. E pela Ponto  
 1756 Terra?” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “A mesma.”  
 1757 Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “Em deliberação. Os conselheiros

1758 que são favoráveis à aprovação do código permaneçam como estão.  
 1759 Aprovada, com abstenções MP, APPA e Ponto Terra. Próximo código, A-06-  
 1760 05-1, perfuração de poços exploratórios em jazida de petróleo e gás natural.  
 1761 Pela SEMAD, com aquiescência da mesa técnica, mesma argumentação.  
 1762 Não há nenhum destaque. Em deliberação. Os conselheiros que são  
 1763 favoráveis à sua aprovação permaneçam como estão. Aprovada, com única  
 1764 abstenção do Ministério Público. Próximo código, A-06-06-1, produção de  
 1765 petróleo e gás natural em jazida convencional. Pela SEMAD, a mesma  
 1766 argumentação. Não houve nenhum destaque.” Conselheiro Gustavo  
 1767 Henrique Wykrota Tostes: “Houve uma apresentação do Fonasc específica  
 1768 sobre esse item com o questionamento técnico em relação à equipe. Eu  
 1769 endosso o posicionamento do Fonasc e gostaria que fosse esclarecido. Se  
 1770 vocês não se lembrarem, é a questão do número de poços, um é 2, o outro é  
 1771 15. Ou seja, aumentou-se a produção. Eu não me lembro exatamente do  
 1772 questionamento, mas, se quiserem, é só retomar a apresentação do Fonasc,  
 1773 e vamos ver o questionamento.” Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “A  
 1774 questão é relativa ao quantitativo de poços.” Conselheiro Gustavo Henrique  
 1775 Wykrota Tostes: “Número de poços de produção, porte pequeno, médio ou  
 1776 grande. Houve um questionamento sobre isso em relação ao A-06-06-1.”  
 1777 Rodrigo Ribas, superintendente de Projetos Prioritários/SEMAD: “Senhor  
 1778 presidente, nos nossos levantamentos, primeiro que nós não temos  
 1779 licenciamento desses empreendimentos em Minas Gerais registrados. Nós  
 1780 fizemos uma pesquisa, e não tem. Eventualmente, os impactos ambientais  
 1781 foram mapeados de uma maneira muito mais substancial na prospecção  
 1782 sísmica e depois da perfuração do poço. É na perfuração do poço que se  
 1783 fazem sentir os maiores impactos, é quando tem fraturamento de rocha,  
 1784 quando pode haver alguma forma de contaminação por alteração de pressão  
 1785 dos bolsões que podem ter nessa área. A produção em si, na verdade, alivia  
 1786 a pressão, reduz a possibilidade de impacto. Por isso que tratamos disso. A  
 1787 prospecção pelo poço é muito mais impactante, nesse caso, e foi mantida  
 1788 em 2, do que a produção. Porque a produção, na verdade, alivia a pressão e  
 1789 reduz a possibilidade de impacto ambiental da atividade.” Presidente  
 1790 Germano Luis Gomes Vieira: “Feita a justificativa, eu coloco em deliberação.  
 1791 Os conselheiros que são favoráveis ao A-06-06-1 permaneçam como estão.  
 1792 Aprovada, com abstenções da Ponto Terra e do Ministério Público. Listagem  
 1793 A-07, pesquisa mineral. Código A-07-01-1, pesquisa mineral com ou sem  
 1794 emprego de Guia de Utilização, com supressão de vegetação secundária  
 1795 nativa pertencente ao bioma Mata Atlântica em estágios médio e avançado  
 1796 de regeneração, exceto árvores isoladas. Pela SEMAD, a mesma  
 1797 argumentação. Pela Ponto Terra?” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota  
 1798 Tostes: “Mesma argumentação.” Presidente Germano Luis Gomes Vieira:  
 1799 “Em deliberação. Os conselheiros que são favoráveis à aprovação desse  
 1800 código, conforme proposta, permaneçam como estão. Aprovado, com três

abstenções: Ministério Público, APPA e Ponto Terra. Eu vou pedir licença a vocês. O Antônio, no exercício da subsecretaria, repassando um dos códigos, notou uma questão que gostaria de colocar. Não obstante nós termos deliberado, se for o caso, se os senhores concordarem, apenas fazemos uma correção, porque é simples.” Antônio Augusto Melo Malard, subsecretário de Regularização Ambiental/SEMAD: “Nós já votamos, já deliberamos e aprovamos alteração referente ao código A-03-01-9, que é aquele de extração de cascalho, rocha para produção de britas e areia fora da calha dos cursos d’água e demais coleções hídricas. E nós mudamos para ‘inclusive nas obras viárias executadas por entidades’. Como vocês podem perceber, tem um limite superior de 5 hectares no porte grande. Isso ocorre em virtude de um decreto federal que traz essa limitação para os órgãos públicos. Mas, a partir do momento em que ampliamos esse código e não fizemos a restrição somente para órgãos públicos, do jeito que está aqui, o empreendimento acima de 5 hectares que não é público seria dispensado do licenciamento. Então, nós temos que modificar, apesar de já termos liberado e aprovado. Então, a nova sugestão é que tenha o porte pequeno continuando, com 3 hectares, o médio passaria de 3 a 5 hectares, e o grande ficaria acima de 5 hectares.” Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “Com a aquiescência de todos, nós podemos voltar a esse item? Então, em deliberação o código A-03-01-9, extração de cascalho, rocha para produção de britas, areia, fora da área dos cursos d’água e demais coleções hídricas para aplicações exclusivamente em obras viárias, inclusive as executadas por entidades da administração pública direta e indireta municipal, estadual e federal. O porte: menor que 3 hectares, pequeno; entre 3 e 5, médio; acima de 5 hectares, grande. Em deliberação. Os conselheiros que são favoráveis a essa proposta permaneçam como estão. Aprovada, com quatro abstenções: Fetaemg, MP, APPA e Ponto Terra. Chegamos ao final da Listagem A. Agradeço a presença de todos e dou por encerrada a sessão.”

**5) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Germano Luis Gomes Vieira agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

---

### **APROVAÇÃO DA ATA**

---

**Germano Luis Gomes Vieira**  
**Presidente da Câmara Normativa e Recursal**